



## **Faculdade de Direito da Universidade do Porto**

Luís Manuel Miller Sobral

### **A Responsabilidade Social das Empresas Um Novo Desafio para o Direito**

Mestrado em Direito

Área de Especialização em Ciências Jurídico-Económicas

Dissertação realizada sob a orientação do Prof. Doutor Pedro António Basto de Sousa

Julho de 2013

## Agradecimentos

---

*Ao Professor Pedro Sousa, orientador desta dissertação, agradeço toda a sua disponibilidade, profissionalismo e interesse com que abraçou, desde o primeiro momento, juntamente com o seu orientando, o trabalho que agora se dá a conhecer.*

*Dedico este trabalho aos meus Pais e à Cristina, pessoas muito especiais.*

*“A questão da Responsabilidade Social, da Responsabilidade Ambiental das Empresas, o problema da Ética, da Cidadania, está ligado a este extraordinário conceito, que é, na realidade, um preceito, uma recomendação, que é transformador porque ele muda o sentido do desenvolvimento. (...) O crescimento tem que ser equilibrado e é esse equilíbrio que torna o Desenvolvimento Sustentável, uma palavra-chave para guiar nossos governantes, para guiar cada um de nós, cidadãos, nesse processo de construção de uma nova sociedade, a sociedade do século XXI.”<sup>1</sup>*

*“O Direito é a mais eficaz técnica de organização social e de planificação de comportamentos humanos. (...) Enquanto técnica, o Direito é neutro em relação aos valores. Mas só enquanto técnica. Onde quer que exista uma estrutura de poder, democrática ou autocrática, primitiva ou sofisticada, o Direito é utilizado para organizar a sociedade subjacente e determinar os comportamentos desejáveis.”<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Camargo, Aspásia (2004). Presidente do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Coêlho, Sacha Calmon Navarro (2008). *Curso de Direito Tributário Brasileiro*, Editora Forense, 9.<sup>a</sup> Edição, Rio de Janeiro, p. 3.

## Resumo

---

O crescente interesse pelo tema da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) tem-se feito acompanhar da Ética. Mas, se é certo que o contexto ético desempenha um papel fundamental no âmbito da RSE, não menos importante é a sua ligação ao Direito. Importa por isso refletir sobre o enquadramento da RSE no Direito e avaliar se este instituto social poderá ser caracterizado enquanto *instituto jurídico*. Como ponto de partida, temos a essência da RSE – *o seu carácter voluntário*, por contraposição à característica do Direito – *a sua coercibilidade*. O Direito não se limita apenas à sua natureza imperativa e coerciva, isto é, não se traduz somente na imposição de ações ou condutas a partir de normas jurídicas. O Direito também estimula, favorece e promove a prática desses comportamentos. Ao Direito é atribuída uma nova função social que resulta da transformação do tradicional Direito formal num novo tipo de Direito material, o *Direito Regulatório*. O Direito evoluiu também para uma *função promocional*, não só porque passou a contemplar novas formas de exercer o próprio controlo social, mas porque agregou uma função de direção social capaz de fomentar mudanças sociais, através de técnicas de encorajamento, no sentido de *promover* e *favorecer* valores e *motivar* ou *estimular* comportamentos socialmente desejáveis e responsáveis. Relevante neste estudo é também a ideia de que uma empresa para ser socialmente responsável deve atuar para além das suas obrigações legais. A RSE assume hoje uma importância no âmbito do Direito português das sociedades comerciais, uma vez que o dever de lealdade resultante da renovada norma do artigo 64.º do Código das Sociedades Comerciais pode ser encarado como um incentivo à prática de atos socialmente responsáveis por parte dos gestores. A RSE é parte integrante da Governação das Sociedades Comerciais, já que, para existir boa governação societária, terá de haver a adoção de condutas socialmente responsáveis. O Direito tem tentado adaptar-se às mudanças de um mundo cada vez mais globalizado, evoluindo de um estado puramente reativo para um patamar mais dinâmico e proactivo, passando de um Direito impositivo e sancionatório para um Direito regulatório ou com uma função promocional, constituindo-se a *Responsabilidade Social das Empresas num novo desafio para o Direito*.

**Palavras-chave:** Ética, Responsabilidade Social das Empresas, Direito, Direito Regulatório, Direito Proactivo, Responsabilidade Legal, Governação das Sociedades.

## Abstract

---

The growing interest in the topic of Corporate Social Responsibility (CSR) has been accompanied by Ethics. But, if it's true that ethics plays a fundamental role within CSR, its connection to law is also important. Therefore, it's important to reflect upon the framework of CSR in law and evaluate whether this social institute can be characterized as a legal institute. As a starting point, we have the essence of CSR - its voluntary character, as opposed to the characteristic of the law - its coercivity. Law is not confined to its mandatory and coercive nature, in other words, it doesn't reflect only the imposition of actions or behaviors based on legal norms. Law also encourages, fosters and promotes the practice of these behaviors. Law has a new social function that results from the transformation of the traditional formal law into a new kind of substantive law, the Regulatory Law. Law has also evolved into a promotional function, not only because it now includes new ways to exercise social control, but also because it added a steering social function capable of promoting social change, through techniques of encouragement, to promote and encourage values, and motivate or encourage socially desirable and responsible behaviors. Relevant in this study, is also the idea that if a company wants to be socially responsible, it must act beyond its legal obligations. Today CSR assumes importance in the context of company law, as the duty of loyalty, referred in the 64° Article of the Company Code, can be viewed as an incentive for managers to act in a socially responsible way. CSR is a part of the Governance of Companies, because for there to exist good corporate governance, one must adopt socially responsible behavior. Law has tried to adapt to the changes of an increasingly globalized world, evolving from a purely reactive state to a more dynamic and proactive level, changing from a punitive law to a regulatory law or with a promotional function, constituting the Corporate Social Responsibility a new challenge to Law.

**Key-words:** Ethics, Corporate Social Responsibility, Law, Regulatory Law, Proactive Law, Legal Responsibility, Corporate Governance.

## Sumário

---

Agradecimentos.....	2
Resumo.....	4
Abstract.....	5
Sumário.....	6
Índice de Figuras e Tabelas.....	7
Introdução.....	8
Parte I – A Responsabilidade Social das Empresas.....	11
1.1    A Empresa e a sua Função Social.....	11
1.2    Perspetivas da Responsabilidade Social das Empresas.....	12
1.3    A Responsabilidade Social das Empresas e a Ética.....	14
1.4    O Conceito de Responsabilidade Social das Empresas.....	19
1.5    Evolução Conceptual.....	24
1.6    Teorias e Abordagens à Responsabilidade Social das Empresas.....	28
1.7    A Institucionalização da Responsabilidade Social na União Europeia.....	31
Parte II – A Responsabilidade Social das Empresas e o Direito.....	34
2.1    O Direito como Realidade Social.....	34
2.2    A Institucionalização Social e Jurídica da Responsabilidade Social.....	35
2.3    A Função do Direito como Regulador de Condutas Sociais.....	38
2.4    Uma Nova Função Social do Direito: o <i>Direito Regulatório</i> .....	41
2.5    Responsabilidade Social <i>versus</i> Responsabilidade Legal.....	45
2.6    O Sentido Atual da Responsabilidade Social das Empresas.....	50
2.7    A Responsabilidade Social das Empresas e o Governo das Sociedades.....	52
Conclusão.....	57
Referências Bibliográficas.....	60
Legislação.....	64

## Índice de Figuras

---

Figura 1 – Modelo Piramidal de Carroll.....	20
Figura 2 – Modelo dos Três Domínios da RSE.....	21

## Índice de Tabelas

---

Tabela 1 – Espectro dos pontos de vista sobre o papel das empresas na sociedade.....	13
Tabela 2 – As cinco dimensões da RSE, aplicação do sistema de codificação.....	23
Tabela 3 – Responsabilidade social das empresas e conceitos relacionados.....	27
Tabela 4 – Síntese das teorias e abordagens da RSE .....	29
Tabela 5 – Síntese das reflexões sobre a relação entre responsabilidade social e legal..	45
Tabela 6 – Resumo das normas obrigatórias em Portugal no âmbito da RSE.....	48
Tabela 7 – Exemplos da promoção da RSE no Direito Português.....	49

## Introdução

---

Num mundo em mudança, atravessado pelas dinâmicas da globalização económica e financeira, a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) assume um papel fundamental, como repositório de boas práticas, embebidas do sentido ético necessário para que tenhamos um modelo económico sustentável como referência de desenvolvimento global para o século XXI.

Hoje, as empresas exercem uma função que ultrapassa a sua vertente económica atingindo uma dimensão a nível social e ambiental. Estas alterações colocam o indivíduo no centro da atividade empresarial e o desenvolvimento sustentável ganha proporções à escala mundial.

A partir da segunda metade do século XX, as preocupações sociais passaram a estar na ordem do dia, assistindo-se ao surgimento de muitas teorias e abordagens sobre a RSE, controversas, complexas e pouco claras (Garriga & Melé, 2004).

O crescente interesse pelo tema da Responsabilidade Social tem-se feito acompanhar da Ética. Relacionar estes dois conceitos revela-se importante, desde logo porque sem ética individual não existe ética organizacional e sem ética organizacional não existe responsabilidade social (Magalhães, 2009).

Apesar dos múltiplos estudos que têm vindo a contribuir para uma sólida literatura sobre esta matéria, a sua conceptualização permanece num plano de conflito terminológico e semântico (Geva, 2008). Vários são os autores que lhe atribuem definições diversas, assim como graus de importância distintos. Se, para uns, numa linha de pensamento mais instrumental, o termo significa obrigação económica, garantia da sustentabilidade financeira da empresa (Friedman, 1962, 1970), para outros a RSE deve ir para além da geração do lucro e da satisfação dos acionistas, procurando levar em consideração todos os seus *stakeholders* (Preston e Post, 1975; Freeman, 1984; Carroll, 1991) e, preferencialmente, de um ponto de vista substantivo, tendo por base valores éticos e não interesses económicos (Wood, 1991).

Não há uma noção universal do conceito de responsabilidade social, muito embora as definições encontradas na literatura apontem numa mesma direção – o compromisso das empresas em fomentar o desenvolvimento económico contribuindo em simultâneo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e do meio ambiente.

Procurando uma uniformização do conceito, a Comissão das Comunidades Europeias apresentou à comunidade internacional o Livro Verde “*Promover um Quadro*



*Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*”, que entende a RSE “*como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.*” Em Outubro de 2011, a Comissão Europeia publicou um novo documento intitulado “*Responsabilidade Social das Empresas: Uma Nova Estratégia da UE para o Período de 2011-2014*”, onde reforça a importância do investimento na responsabilidade social, quer para as empresas, quer para a sociedade, nele constando uma nova definição de RSE – “*A responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade.*”

Uma outra questão que se torna pertinente no âmbito deste trabalho relaciona-se com o facto de o debate sobre a RSE ser desenvolvido essencialmente ao nível das disciplinas não jurídicas, mantendo o Direito alguma distância relativamente a este fenómeno social. Importa por isso refletir sobre o enquadramento da RSE no Direito e avaliar se este instituto social poderá ser caracterizado enquanto *instituto jurídico*. Como ponto de partida, temos a essência da RSE – *o seu carácter voluntário*, por contraposição à característica do Direito – *a sua coercibilidade*.

O Direito pretende ordenar os aspetos fundamentais da convivência humana, criando as condições exteriores que permitam a conservação da sociedade e a realização pessoal dos seus membros. Se, tradicionalmente tinha implícita a característica da coercibilidade, hoje o Direito não se limita apenas ao carácter imperativo e coercivo, isto é, não se traduz somente na imposição de ações ou condutas, a partir de normas jurídicas, porquanto a coercibilidade não configura elemento essencial do Direito.

O Direito também estimula, favorece e promove a prática desses comportamentos, e assume uma nova função social. Surge assim o *Direito Regulatório* entendido como um direito instrumental, como um mecanismo de regulação ou direção social, em ordem à consecução de determinados objetivos formulados pelo sistema político (Teubner, 1988). E é precisamente no âmbito do *Direito Regulatório* que a RSE se inclui e é à luz da *Função Promocional do Direito* que ela deve ser considerada.

Também relevante neste estudo é a ideia de que uma empresa para ser socialmente responsável deve atuar para além das suas obrigações legais, pelo que o simples cumprimento da lei (Davis, 1973) não significa responsabilidade social. Esta visão transporta-nos para o campo da distinção entre a responsabilidade social e a responsabilidade legal e conduz-nos ao sentido atual da RSE.

No que respeita ao Direito português, há sinais inequívocos da interferência da RSE nos conceitos tradicionais de empresa e de sociedade (comercial ou civil),

mantendo uma relação próxima com a governação das sociedades, já que ambos se reconduzem ao conceito de desenvolvimento sustentável e obedecem à ideia de que os operadores no espaço económico devem adotar especiais cuidados no desenvolvimento da sua atividade e interiorizar uma cultura de responsabilidade (preventiva e sucessiva) perante os *stakeholders* (Serra, 2011).

A atualidade, a oportunidade e pertinência da discussão do tema em questão, são fatores que contribuem para o tornar relevante e motivante. Um outro fator que confere relevo a este trabalho prende-se com a carência de referencial teórico e de estudos no âmbito da relação entre a RSE e o Direito. Refletir sobre a Responsabilidade Social e o Direito constitui assim o grande objetivo desta dissertação.

São por isso grandes os desafios para a RSE na perspetiva de um mundo em mudança, globalizado e em busca de um novo patamar de sustentabilidade económica, social e ambiental, como grandes são também os desafios que se colocam ao Direito.

Para dar seguimento ao tema em análise, esta dissertação apresenta a seguinte organização: Numa primeira parte procede-se a um enquadramento teórico do tema, expondo uma definição dos conceitos de Ética e de RSE, tendo por base a revisão da literatura. As perspetivas da RSE, as diferentes teorias e abordagens em volta deste instituto, a evolução conceptual e a sua institucionalização na União Europeia são também objeto de reflexão. Numa segunda parte, o enfoque direciona-se para a relação entre a RSE e o Direito, destacando-se a possibilidade de integração deste instituto na ordem jurídica, a nova função regulatória e proactiva do Direito, prosseguindo com uma análise aos conceitos de responsabilidade social e legal. Antes da conclusão, é feita uma referência à proximidade da RSE com a Governação Societária no Direito Português.

### 1.1 A Empresa e a sua Função Social

*“The basic idea of corporate social responsibility is that business and society are interwoven rather than distinct entities.”<sup>3</sup>*

A teoria da função social da empresa começou a tomar corpo em finais da década de 70 como consequência da constatação do crescente protagonismo das empresas na economia de mercado, potenciada pelos processos de globalização e pelo retrocesso do intervencionismo estatal a que se assistiu no último quartel do século XX (Ogando, 2011).

Atualmente as empresas encontram-se em contextos de grande dinâmica em múltiplas dimensões (Cruz, 2009). Esta realidade leva-nos a refletir sobre a relação entre a empresa e a sociedade e é fundamental para apurarmos a definição de responsabilidade social que a analisemos.

Martínez (2007), a propósito daquela relação, menciona que deve partir de uma perspetiva que supera a visão tradicional e reducionista do contrato económico – produzir eficientemente bens e serviços, gerar emprego, pagar impostos e investir – para considerar a relação como um contrato social. Ou seja, a empresa é uma organização que procura a obtenção de um benefício, mas também faz parte da estrutura social em que atua e sobre a qual exerce e recebe influência: no sentido *empresa-sociedade* mediante os impactos que a sua atividade produz e em sentido inverso, *sociedade-empresa*, mediante as expectativas que os diferentes *stakeholders* têm sobre ela.

Enquanto organização social, a empresa não é imutável, é um organismo social vivo, sujeito a mudanças, diferente das demais organizações, por ser orientada para o lucro, por assumir riscos e implicar uma lógica de negócio, de obtenção de maior rentabilidade presente ou futura, exercendo atividades voltadas para a produção ou prestação de serviços em resposta às necessidades da sociedade.

Cruz (2009, p. 305) considera que para além do lucro a empresa transporta diferentes objetivos associados aos diferentes elementos que nela interagem, conferindo-lhe um verdadeiro substrato social. A sua estrutura complexa e interativa,

---

<sup>3</sup> Wood (1991, p. 16). *Corporate Social Performance Revisited*. Academy of Management Review, 16 (4), 691-718.

envolvendo uma dinâmica social própria, faz sobressair uma visão que ultrapassa a natureza financeira.

A organização não é uma simples resposta aos interesses dos seus detentores (acionistas), mas deve abranger os interesses dos *stakeholders*, podendo, por isso, falar-se na sua Responsabilidade Social.

Assim, o paradigma da produtividade, em que a organização era vista como um sistema fechado e a gestão voltada para dentro, tendo como objetivo central criar valor para o acionista, maximizar os lucros e gerar eficiência na busca de recursos que muitas vezes são escassos, deu lugar a um modelo de organização como sistema aberto, em que a mesma é considerada como um conjunto de elementos interdependentes, inserido num ambiente (externo) com o qual está em permanente interação.

É neste contexto que muda o sentido do que é gerir uma empresa e a sua relação com o meio externo, ou seja – o primado dos *shareholders*<sup>4</sup> dá lugar ao primado dos *stakeholders*<sup>5</sup> – passando o objetivo central da gestão a ser a sustentabilidade do negócio e a maximização do valor da empresa para a comunidade, e é neste quadro que surge o conceito da *Responsabilidade Social das Empresas*.

## 1.2 Perspetivas da Responsabilidade Social das Empresas

Lantos (2001), mostra como é visto o papel das empresas na sociedade por quatro autores, evidenciando assim a visão de cada um sobre a responsabilidade social (cf. tabela 1). A *visão clássica*, assente na teoria económica neoclássica da empresa, define-o em termos de lucro económico, sendo o enfoque no lucro dos *shareholders*. A *visão do stakeholder*, assente na teoria dos *stakeholders*, sustenta que a empresa tem responsabilidades sociais, o que a obriga a considerar os interesses de todas as partes afetadas pela sua ação.

---

<sup>4</sup> Os *shareholders* são aqueles que investem na empresa – os seus “proprietários”. No caso mais comum – quando a empresa é exercida sob a forma de sociedade –, os *shareholders* (ou *stockholders*) são os detentores de participações sociais – numa palavra: os sócios, in Catarina Serra, *O Novo Direito das Sociedades: Para uma governação socialmente responsável*, Scientia Iuris, Londrina, v. 14, Nov. 2010, p.159, nota 12.

<sup>5</sup> O termo *stakeholders* designa as partes interessadas, ou seja, todas as entidades (indivíduos ou organizações) que afetam a atividade de uma empresa ou são afetados por ela: por um lado, os investidores (ou *shareholders*), os trabalhadores, os parceiros comerciais, os fornecedores, os clientes e os credores – *stakeholders contratuais* – e, por outro lado, a comunidade local, as associações de cidadãos, as entidades reguladoras e o Governo – *stakeholders coletivos*, in Catarina Serra, *Manual de Direito Comercial – Noções Fundamentais*, Coimbra Editora, 2009, p. 104.

**Tabela 1:** Espectro dos pontos de vista sobre o papel das empresas na sociedade

Visão	Autor	Posição face ao papel da empresa na sociedade
Clássica	Albert Carr	Maximização do lucro pura – RSC económica: o mundo dos negócios tem padrões de ética mais baixos do que a sociedade e não tem qualquer responsabilidade social exceto a da mera obediência à lei.
	Milton Friedman	Maximização do lucro forçada – RSC económica: a empresa deve maximizar a riqueza dos seus acionistas, obedecer à lei e ser ética.
Stakeholder	Edward Freeman	Visão socialmente consciente – RSC ética: as empresas devem ser sensíveis às consequências potencialmente prejudiciais das suas ações nos vários grupos de stakeholders.
	Archie B. Carroll	Visão de serviço à comunidade/perspetiva da performance social da empresa – RSC altruística: a empresa deve usar os seus vastos recursos em prol do bem social.

Fonte: Adaptado de Lantos (2001, p. 602)

Segundo o autor, são duas as perspetivas dentro da visão clássica: A “*Maximização do Lucro Pura*” e a “*Maximização do Lucro Forçada*.” A primeira aparece tratada por Carr (1968). A característica distintiva desta perspetiva é a de que algum grau de desonestidade é aceitável porque o mundo dos negócios tem padrões de ética mais baixos do que a sociedade e não tem qualquer responsabilidade social, exceto a da mera obediência à lei. Já a segunda perspetiva tem como principal defensor Friedman (1970) que, em 13 de Setembro de 1970, publicou um dos seus mais famosos artigos na New York Times Magazine, intitulado “*The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits*”, no qual defendia que a única responsabilidade das empresas é maximizar a riqueza dos seus *shareholders*, dentro das regras do jogo, ou seja, atuar em concorrência aberta e livre, sem recorrer à fraude.<sup>6</sup> O elemento chave da posição de Friedman, segundo Ogando (2011), assenta no facto de os administradores serem representantes ou agentes que agem no interesse dos acionistas, o que determina que a sua principal responsabilidade seja para com estes.<sup>7</sup>

Tal como Friedman, a maioria dos teóricos neoclássicos tem defendido que a responsabilidade social é incompatível com o princípio clássico da maximização do lucro, enquanto objetivo principal das empresas, existindo somente duas restrições para alcançá-lo: a lei e a ética.

<sup>6</sup> Friedman (1970), *apud* Colin Marks e Paul S. Miller, *Plato, The Prince, and Corporate Virtue: Philosophical Approaches to Corporate Social Responsibility*, in University of San Francisco Law Review, 2010.

<sup>7</sup> “Num sistema de liberdade de iniciativa económica e de propriedade privada, um executivo de empresa é um empregado dos donos do negócio. Ele tem uma responsabilidade direta para com os seus empregadores. Tal responsabilidade é a de levar a cabo a atividade social de acordo com a vontade daqueles, que geralmente será a de aumentar os lucros ao máximo, conformando-se ao mesmo tempo com as regras básicas vigentes em sociedade, tanto as incorporadas na lei, como em costumes éticos. (...) Enquanto as suas ações de acordo com as da “responsabilidade social” reduzirem os resultados para os investidores, eles estão a gastar o dinheiro alheio”, Friedman, “*The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits*”, *cit. in* Ogando, 2011, p. 876, nota 8.

Já a teoria dos *stakeholders* baseia-se na noção de que, além dos *shareholders*, existem diversos agentes com interesse nas ações e decisões das empresas. Foi com Edward Freeman que se popularizou o conceito de *stakeholder* (Magalhães, 2009). De acordo com o autor, a teoria dos *stakeholders* estaria fundada na capacidade de a empresa ser influenciada e, por sua vez, também influenciar vários atores no seu meio ambiente, sobretudo, fornecedores, acionistas, distribuidores, executivos, etc. (Freeman, 1984). Assim, o termo *stakeholder* designa qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou é afetado pelo alcance dos objetivos da empresa. Na sua formulação teórica, esta corrente obriga a repensar as prioridades da empresa, introduzindo valores éticos nos processos de decisão, isto é, e como salienta Magalhães (2009, p. 27), ainda que haja quem defenda que a responsabilidade social não é ética se não partir dos interesses dos *shareholders* das empresas (Friedman, 1970), a responsabilidade social é ética sempre que tem por base ideais substantivos e envolve todas as partes interessadas na atividade empresarial e não só os acionistas.

### 1.3 A Responsabilidade Social das Empresas e a Ética

*“A ética, longe de ser periférica à empresa, constitui a sua verdadeira fundação. A ética é o conjunto de princípios morais escritos e não escritos, através dos quais a empresa opera ao seu nível nuclear. A ética de uma empresa determina o modo como ela trata os seus empregados, clientes e fornecedores; como desenvolve os seus produtos e processos; e como participa na comunidade mais vasta. (...) Ignorando ou minimizando a dimensão ética dos negócios, estamos involuntariamente a encorajar ou a perdoar os abusos éticos e a gerar uma força de trabalho literalmente desmoralizada. Em vez de ser silenciada, a ética deve ser falada abertamente, colocada no centro do palco.”*<sup>8</sup>

Etimologicamente, a ética<sup>9</sup> radica na palavra grega *éthos*, que significa «costume». Cortina (1994, p. 17) encara a ética como um tipo de saber prático, preocupado em averiguar qual deve ser o fim da nossa ação, para que possamos decidir que hábitos devemos assumir, como definir as metas intermédias, quais os valores que nos deverão orientar, que modo de ser ou carácter temos que incorporar, com o objetivo

---

<sup>8</sup> Garfield, C. (1995, p.5). *Ethics and corporate social responsibility*. Executive Excellence, 12 (8), 5-6.

<sup>9</sup> Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, Edição 2013, p. 683, ética é “*uma vertente da filosofia que procura determinar a finalidade da vida humana e os meios de a alcançar, preconizando juízos de valor que permitem distinguir entre o bem e o mal.*” Desta forma, diz respeito à «ciência da moral», regulada por “*princípios morais por que um indivíduo rege a sua conduta pessoal ou profissional.*”

de atuar com prudência, isto é, tomar decisões acertadas. Já Rego *et al.* (2006, p. 35) consideram a ética um sistema de princípios ou práticas, uma definição do que é certo ou errado, que tem a ver com o julgamento valorativo do conteúdo moral de uma determinada conduta ou comportamento.

A ética e a moral são dois vocábulos que provêm do mesmo termo inicial, «éthos»<sup>10</sup>, pelo que, apesar de significarem o mesmo etimologicamente, e em linguagem corrente os utilizarmos com igual sentido, em bom rigor trata-se de conceitos distintos. O termo «ética» deve ser reservado para o reino dos valores éticos, incluindo os princípios, as categorias e as normas. O termo «moral» deve ser reservado para o comportamento concreto e a vivência que os homens têm dos valores éticos.

Ackoff (1994, p. 55) assinala que a “*ética lida com princípios que ultrapassam a própria sociedade, que são pensados para ser aplicados a todos, independentemente da sociedade a que pertencem; e a moral com princípios emanados de uma sociedade e que só se podem aplicar a ela*” e Magalhães (2009, p. 25) acrescenta que a ética implica uma reflexão e a distinção entre o correto e o incorreto nas decisões humanas, ou seja, pode contestar a moral prevalecente na sociedade num determinado período. Isto porque a moral consiste naquilo que a pessoa pode e deve fazer, tendo em vista o cumprimento das normas de comportamento vigentes na sociedade.

No que diz respeito à relação da ética com a lei, embora suscitem alguma confusão são conceitos diferentes. Neves (2008, p. 234) salienta que o quadro legal de uma sociedade tem como finalidade determinar as grandes linhas morais que aquela comunidade quer ver cumpridas. Assim, a finalidade última da lei é ética. Nas decisões concretas, a lei deve servir como guia orientador das ações. O máximo que a lei consegue ser é o limite inferior do comportamento ético.<sup>11</sup> De facto, é um dever ético atuar de acordo com as normas estipuladas na lei, mas nada garante que a lei seja ética. Ou seja, “*a legalidade de uma prática não condiciona o cidadão, individualmente, a aceitá-la*”, porque existe “*um espaço de liberdade individual que permite a cada um agir de acordo com a sua consciência, sem que por isso infrinja qualquer código de ética ou qualquer lei*” (Barbosa, 2007, p. 28).

---

<sup>10</sup> O «éthos» grego tinha dois significados: «propriedade do carácter» e «costume». A tradução latina fez-se indistintamente para «moralis». E no latim, «mores» tem o significado de «costumes», «modo de agir», «conduta». Daí que, em boa verdade, apenas aquele segundo significado foi traduzido. Cf. Moreira das Neves, *Sobre Ética*, Verbo Jurídico, Novembro de 2007, p. 4, nota 1.

<sup>11</sup> Rego *et al.*, *Gestão ética e socialmente responsável: teoria e prática*, Lisboa: RH Editora, 2006, p. 68.

Por outro lado, podemos ser éticos sem cumprir a lei e antiéticos, cumprindo as obrigações legais. Isto porque nem sempre a lei e a ética estão em sintonia (Blecher, 2004). A este respeito, Magalhães (2009, p. 25) lembra que o perigo destas situações acontece quando a ética é desrespeitada ao abrigo do cumprimento da lei e é aí que muitas empresas que se assumem como socialmente responsáveis adquirem as suas desculpas para justificar atuações menos éticas em determinados contextos.<sup>12</sup>

Além disso, ao contrário do que ocorre com a lei<sup>13</sup>, nenhum indivíduo pode ser forçado, pelo Estado ou por outros indivíduos, a cumprir as normas éticas, nem a sofrer qualquer sanção pela desobediência a estas. Por fim, a lei pode ser omissa quanto a questões abrangidas no desígnio da ética (McCarty, 1988 e Blecher, 2004, *cit. in* Magalhães, 2009).

Relativamente à ética empresarial, refere-se ao “*carácter da empresa, dos seus valores, dos seus ideais morais*” (Cortina, *ob. cit.*, 1994), à “*aplicação dos valores e normas partilhados pela sociedade no âmbito da organização, nomeadamente, no processo de tomada de decisões, tendo em vista melhorar a qualidade destas*” (Monteiro, 2005, p. 68).

Perante isto, não poderíamos deixar de tecer aqui breves considerações no tocante à relação da ética e, mais particularmente, da ética dos negócios (*business ethics*), com a responsabilidade social das empresas, dada a sua atualidade. Magalhães (2009, p. 23) lembra que, relacionar a responsabilidade social com a ética é de extrema importância, por duas ordens de razões: Em primeiro lugar, porque sem ética individual não existe ética organizacional e, em segundo lugar, porque sem ética organizacional não existe responsabilidade social. Ou seja, uma organização pode praticar determinadas atividades consideradas socialmente responsáveis, mas se não tiver uma conduta ética na forma como dirige o seu negócio não pode reivindicar essa responsabilidade social. De facto, existe uma ligação intrínseca entre a ética e a responsabilidade social, sendo certo que aquela está na base da construção desta, sem no entanto a transpor.

---

<sup>12</sup> É o chamado relativismo cultural, que advoga que a ética deriva da cultura, ou seja, o que é errado num local pode ser certo (isto é, ético) noutra local (Magalhães, *ob. cit.*, p. 25).

<sup>13</sup> Também aqui se distingue a ética, da moral e do direito. O Direito costuma definir-se como sendo um sistema de normas de regulação social, assistido de proteção coativa. A Moral, por seu turno, define-se também por ser um sistema de normas de conduta social, mas de cumprimento voluntário e que visam apenas o bom-viver. Já a Ética não consiste em nenhum sistema normativo, trata-se apenas do estudo geral (da reflexão sobre) do que é bom ou mau (do agir bem e do agir mal).



Rego *et al.* (2006, p. 25) citam o Instituto Ethos do Brasil que afirma que “*a ética é a base da responsabilidade social, expressa nos princípios e valores adotados pela organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa pagar mal aos seus funcionários, corromper a área de compras dos seus clientes, pagar luvas a fiscais do governo e, ao mesmo tempo, desenvolver programas voltados para entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de responsabilidade social. É importante haver coerência entre ação e discurso.*”

Contudo, a ética é necessária mas não suficiente para a responsabilidade social, isto é, ser socialmente responsável não é apenas ser ético, mas ir também para além disso. Ao invés, diz Magalhães (2009, p. 24) “*corremos o risco de conferir à responsabilidade social um âmbito mais reduzido e de lhe retirar o seu carácter original e voluntário.*”

Em síntese, “*a responsabilidade social não pode existir se não houver uma gestão ética, no entanto, uma empresa pode ser ética sem ser socialmente responsável*”, na medida em que, “*no cumprimento estrito das suas obrigações legais e éticas, não se incluem, por exemplo, as responsabilidades económicas e filantrópicas que, no mínimo*”, e como veremos mais à frente, “*compõem os restantes domínios das preocupações da Responsabilidade Social das Empresas.*”<sup>14</sup>

A discussão em volta das questões éticas no mundo dos negócios, bem como da relação das empresas com a sociedade, segundo alguns autores, remonta ao século XIX. É, no entanto, nos últimos anos que o tema alcança uma posição proeminente nas políticas e na gestão de imagem das organizações (Almeida, 2007). O processo iniciou-se nos EUA na década de 70, atingindo a Europa nos anos 80, altura a partir da qual a questão ética entra na atualidade e as empresas levadas cada vez mais a justificar os seus meios de ação e a finalidade das suas atividades. Esta relação entre os meios utilizados e os fins visados faz aparecer preocupações de ordem ética, o que conduz as empresas a assumir responsabilidades em relação aos seus membros e à sociedade (Mercier, 2003).

Uma maior consciencialização para a importância da ética resulta também da constatação dos custos associados à sua ausência (Rego *et al.*, 2006). Os recentes

---

<sup>14</sup> Leandro e Rebelo, *A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional*, Revista Científica Exedra, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, Número Temático Comunicação nas Organizações, 2011, 11-39, p. 15.

escândalos financeiros (sendo a *Enron*, porventura, o caso mais emblemático<sup>15</sup>) e relatos de conduta pouco ética por parte de líderes de prestigiadas empresas a nível mundial, são hoje em dia noticiados com preocupante regularidade. Nestes casos, as organizações protagonizaram situações em que a conduta dos seus responsáveis se regeu pela amoralidade ou mesmo pela imoralidade. Os comportamentos não éticos podem ter consequências não apenas na imagem e no desempenho da organização no mercado, incluindo danos na reputação de produtos e marcas, mas também no ambiente interno, afetando os seus colaboradores (Granada *et al.*, 2011).

A contrastar com estas situações, cada vez mais organizações evidenciam a preocupação de implementar práticas éticas, assumindo proactivamente as suas responsabilidades para com a sociedade. Weaver *et al.* (1999) consideram que devido a pressões legais e à influência da envolvente externa, muitas organizações têm desenvolvido e implementado programas e políticas especificamente orientados para fomentar o comportamento ético dos atores organizacionais. É disto exemplo, os códigos de ética<sup>16</sup>, entendidos como “*um documento que estabelece formalmente as políticas, princípios ou regras que servirão de guia às pessoas que integram uma organização, tendo em vista o desenvolvimento de ações e a tomada de decisões eticamente corretas*” (Teixeira, 2011, p. 278).

Em suma, a reflexão ética na empresa está no centro das contradições entre as lógicas económicas e sociais e diz respeito à responsabilidade da empresa em relação aos atores internos e externos. Esta noção de responsabilidade social evoca a obrigação de justificar todo o ato ou decisão em função de normas morais e de valores e oscila entre dois extremos – a redução da responsabilidade da empresa à obtenção do maior lucro para os seus acionistas (Friedman, 1962, 1970) – e a extensão da sua responsabilidade a todos os atores com interesse na empresa.

O debate diz respeito à finalidade da empresa: o seu papel é o de enriquecer os acionistas ou é mais vasto? Esta questão tem por detrás a ideia de que a Responsabilidade Social das Empresas deve ir para além da geração do lucro e da satisfação dos acionistas, procurando levar em consideração todos os seus *stakeholders*

---

<sup>15</sup> Neste sentido, Sims & Brinkmann, 2003. Enron ethics (or: culture matters more than codes). *Journal of Business Ethics*, 45(3), p. 243-256.

<sup>16</sup> Monteiro (2005, *ob. cit.*, p. 68) refere que a adoção de códigos de ética assume especial importância no processo de implementação de políticas socialmente responsáveis, constituindo um útil instrumento para difusão, junto dos trabalhadores das empresas, das diretrizes e orientações sobre como agir perante decisões relevantes, reduzindo, assim, o risco de subjetividade quanto a aspetos éticos e morais.

(Preston e Post, 1975; Freeman, 1984; Carroll, 1991) e, preferencialmente, tendo por base valores éticos e não interesses económicos (Wood, 1991).

Deste modo, e nas palavras de Magalhães (2009, p. 2) a Responsabilidade Social assume-se como uma resposta das empresas ao impacto que estas provocam na sociedade, devido ao uso de recursos que são públicos e comuns a todos, situação essa que, juntamente com a capacidade que as empresas possuem para satisfazer certas necessidades da sociedade, que não conseguem ser totalmente satisfeitas pelo Estado, gera uma determinada expectativa social em relação à conduta das organizações (embora essa expectativa varie de acordo com a dimensão e com o impacto causado pelas empresas), as quais acabam por assumir relações de poder na sociedade, em função das ações socialmente responsáveis que desenvolvem.

#### **1.4 O Conceito de Responsabilidade Social das Empresas**

*“A responsabilidade social das empresas significa algo, mas nem sempre a mesma coisa para todas as pessoas. Para algumas, ela representa a ideia da responsabilidade ou das obrigações legais. Para outras, significa um comportamento socialmente responsável, em sentido ético. Ainda para outras, o significado é o de “ser responsável por algo”, no sentido causal (...).”<sup>17</sup>*

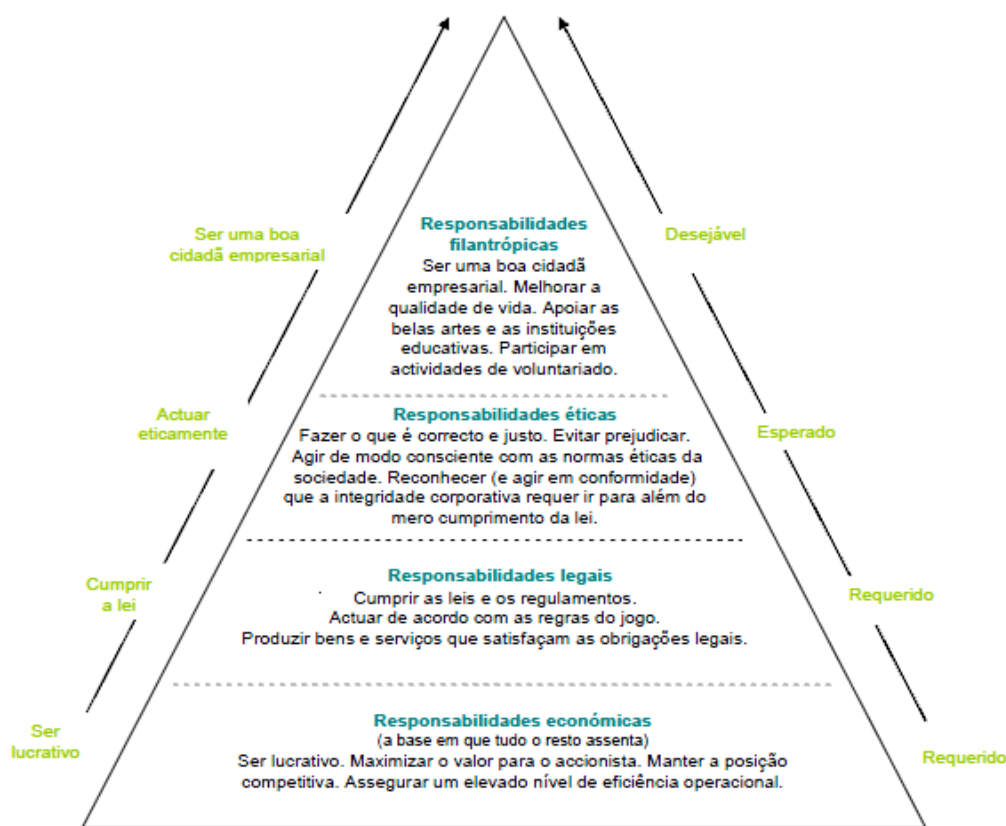
Apesar dos múltiplos estudos que têm vindo a contribuir para uma sólida literatura sobre esta matéria, a sua conceptualização permanece num plano de conflito terminológico e semântico (Geva, 2008). Depois de Bowen, vários autores acrescentaram dimensões, especificaram conteúdos e delimitaram fronteiras no estudo da Responsabilidade Social das Empresas, conferindo ao termo sentidos diversos que são, na generalidade, complementares entre si (Almeida, 2007, p. 113). Uma das elaborações teóricas com maior adesão na literatura sobre a RSE é a proposta apresentada por Archie B. Carroll em 1979, com o seu modelo socioeconómico da RSE.

O autor define a RSE como englobando as expectativas económicas, legais, éticas e filantrópicas que a sociedade possui em relação às organizações. Em 1991, Carroll representa graficamente estas dimensões através de um modelo piramidal (cf. figura 1) que engloba o leque completo de obrigações das empresas perante a sociedade.

---

<sup>17</sup> Votaw (1973, p. 11) *apud* Carroll (1999), *Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct*, Business Society, p. 280.

**Figura 1 – Modelo Piramidal de Carroll**

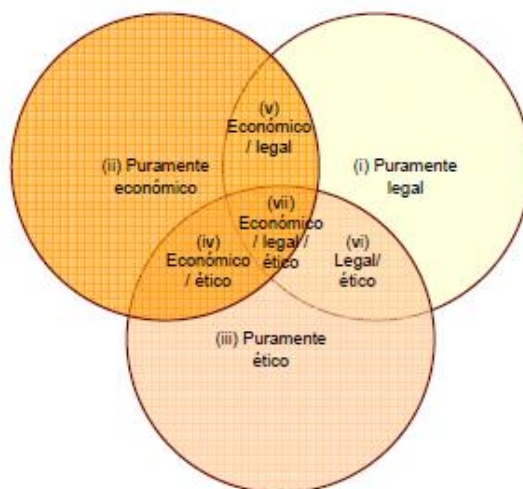


Fonte: Adaptada de Carroll (1991, p. 42)

A empresa com melhor desempenho social será a que levar a cabo não apenas as suas responsabilidades económicas fundamentais (gerar lucros, sobreviver e prosperar) e legais (cumprir os patamares de responsabilidade exigidos pela lei), mas também os seus deveres éticos que se referem à obrigação de agir de forma correta, justa e honesta, evitando ou minimizando danos aos diversos *stakeholders* e por fim, no topo da pirâmide situam-se as responsabilidades filantrópicas/discrecionárias que consistem nas ações praticadas pela organização em resposta às expectativas sociais (Rego *et al.*, 2006).

De modo a sanar algumas limitações ao modelo piramidal, Schwartz & Carroll (2003), propuseram um modelo composto por três domínios (cf. figura 2). O domínio económico é similar ao já preconizado no modelo piramidal. O domínio legal considera que o cumprimento da lei pode ser passivo, restritivo ou oportunista e defende-se que nem todos os cumprimentos podem ser inseridos no domínio das responsabilidades legais. O domínio ético refere-se às responsabilidades éticas da empresa, tal como esperado pela população e pelos *stakeholders* relevantes.

**Figura 2 – Modelo dos Três Domínios da RSE**



Fonte: Schwartz & Carroll (2003, p.509)

Esta proposta assume que essas responsabilidades estão numa interação dinâmica entre si, da qual derivam diferentes orientações empresariais consoante o grau em que os domínios se cruzam entre si, sustentando, ainda, que nenhum deles assume primazia sobre os demais. Desta forma, defende-se que, apesar de as empresas existirem para ser lucrativas, elas resultam, antes de mais, de uma criação social, dependendo a sua sustentabilidade do apoio e cooperação estabelecidos com a sociedade na qual se inserem (Geva, 2008).

Em conclusão, o trabalho de Carroll resulta, assim, de uma aproximação entre duas conceções de empresa – *a visão da empresa como agente económico e como agente social* (Rebelo, 2012, p. 13).

Etimologicamente, *responsabilidade*<sup>18</sup> provém do latim *spondeo*, que significa responder, obrigar-se a algo, prometer e *re-spondere* socialmente implica adotar um compromisso com a sociedade, procurar o bem da sociedade, respondendo perante esta. *Sociedade*, do latim *societas*, pode definir-se como “o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si, constituindo uma comunidade.”<sup>19</sup> A expressão *empresa* é aqui utilizada enquanto organização produtiva ou mediadora de riqueza que exerce, de forma estável, a sua atividade económica em função do mercado a que se dirige (Cunha, 2010).

<sup>18</sup> Do latim *rés*: cosa, *ponçós*: peso, significa assumir o peso de uma determinada coisa; a obrigação de responder por alguma coisa ou pessoa; obrigação ou dívida a reparar por si ou por outro a consequência de uma ação. Ação de colocar o cuidado e atenção no que se faz e decide.

<sup>19</sup> Cf. Wikipédia, A Enciclopédia Livre, disponível no endereço <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade>.

A Responsabilidade Social das Empresas<sup>20</sup> refere-se assim ao compromisso que as empresas adotam para dar resposta a esse conjunto de pessoas que interagem entre si, para alcançar o bem comum e fortalecer a sociedade, baseada em direitos e obrigações (Martínez, 2007).

Baseados na tipologia proposta por Garriga & Melé (2004), percebe-se que vários são os autores e os conceitos em volta da RSE. Dahlsrud (2008, p. 2) menciona as tentativas de académicos e de organizações externas, no sentido de desenvolver uma definição de RSE mais robusta. Na mesma linha, Panapanaan *et al.* (2003, p. 135) entendem que não existe uma definição universal do que é a RSE, mas acreditam que o tema está baseado na capacidade de fazer negócios com sustentabilidade e ética. Na perspetiva de Van Marrewijk (2003), a RSE refere-se a todas as práticas organizacionais voluntárias, que procuram englobar as preocupações sociais e ambientais nas várias operações de negócio e atender às necessidades dos seus vários *stakeholders*. Já Karna *et al.* (2003) consideram que a responsabilidade social refere-se à tomada de decisão empresarial relacionada com os valores éticos, o cumprimento da lei e o respeito pelas pessoas, pelas comunidades e pelo ambiente.

O próprio Dahlsrud (2008) dá a conhecer um estudo de análise de 37 definições de RSE disponíveis na literatura, entre 1980 e 2003, tendo concluído que estas remetem para cinco dimensões: (a) ambiental, (b) social, (c) económica, (d) *stakeholders* e (e) voluntariado (cf. tabela 2).

Ao nível de organismos internacionais, o *World Business Council for Sustainable Development*<sup>21</sup> define a responsabilidade social como o compromisso das empresas de contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, trabalhando com os colaboradores, as suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral, de forma a melhorar a qualidade de vida (WBCSD, 2000).

---

<sup>20</sup> “Esta responsabilidade não deve ser entendida em sentido técnico jurídico, no sentido da responsabilidade civil (patrimonial) – aplicável apenas quando estejam reunidos determinados pressupostos e desempenhando uma função reparadora – mas, num sentido mais amplo, na medida em que não depende de outros pressupostos senão da existência de uma empresa prosseguindo uma atividade económica, e simultaneamente num sentido positivo, na medida em que não é um instituto vocacionado para a resolução dos litígios em que participe a empresa mas sim um elemento integrante da sua atividade normal, um valor da e para a coexistência pacífica entre a empresa e a comunidade local.” Cf. Catarina Serra, *Manual de Direito Comercial – Noções Fundamentais*, Coimbra Editora, 2009, p. 109.

<sup>21</sup> O *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) é uma associação mundial liderada por CEO’s de mais de 200 empresas que promove a partilha de conhecimento, práticas e experiências no âmbito do desenvolvimento sustentável.

**Tabela 2:** As cinco dimensões da RSE, aplicação do sistema de codificação e expressões-exemplo

Dimensões	A definição está codificada na dimensão se se referir a	Expressões-exemplo
Dimensão Ambiental	Meio-Ambiente	“um ambiente mais limpo”; “hospedagem ambiental”; “preocupações ambientais nas suas operações de negócio”
Dimensão Social	Relação entre as empresas e a sociedade	“contribuir para uma sociedade melhor”; “integrar preocupações sociais nas suas operações de negócio”; “considerar o pleno espectro do seu impacto nas comunidades”
Dimensão Económica	Aspetos socioeconómicos ou financeiros, incluindo a descrição da responsabilidade social em termos de uma operação de negócio	“contribuir para o desenvolvimento económico”; “preservar a geração de lucro” “operações de negócio”
Dimensão dos Stakeholders	Stakeholders ou grupos de Stakeholders	“interação com os seus stakeholders”; “como as organizações interagem com os seus empregados, fornecedores, clientes e comunidades”; “lidar com os stakeholders da empresa”
Dimensão do Voluntariado	Ações não prescritas por lei	“baseado em valores éticos”; “para além das obrigações legais”; “voluntariamente”

Fonte: Adaptado de Dahlsrud (2008, p. 4)

O BCSD Portugal<sup>22</sup> considera que o compromisso do desenvolvimento sustentável das empresas deve fomentar o aumento do crescimento económico, o aumento do equilíbrio ambiental e o aumento do progresso social (BCSD Portugal, 2010).

O CCBE – Conselho das Ordens e Sociedades de Advogados da União Europeia publicou um documento em 2003 intitulado “*CSR – Corporate Social Responsibility and the Role of The Legal Profession*”, dirigido a todos os advogados europeus, onde refere que “a Responsabilidade Social das Empresas é um instrumento de mudanças positivas na empresa. Ela define o quadro e a forma dentro das quais a empresa deve dirigir a sua atividade por forma a responder às expectativas da sociedade nos domínios ético, jurídico, comercial e público” (CCBE, 2003, p. 2).<sup>23</sup>

A *Business for Social Responsibility* (BSR)<sup>24</sup>, considera a RSE a gestão de um negócio de modo a que cumpra ou exceda as expectativas éticas, legais, comerciais e públicas que a sociedade tem dela. Para a *Corporate Social Responsibility Europe* (CSR Europe)<sup>25</sup>, a RSE é entendida como a expressão do compromisso de uma empresa com a sociedade e a aceitação do seu papel sobre ela.

<sup>22</sup> O BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – é uma associação sem fins lucrativos membro da rede regional do WBCSD. Foi criada pela iniciativa de 3 empresas, entre as quais a Sonae, e tem como objetivo promover a ecoeficiência, a inovação e a responsabilidade social nas empresas.

<sup>23</sup> “*CSR – Corporate Social Responsibility and the Role of The Legal Profession – A guide for european lawyers advising on corporate social responsibility issues*”. Texto disponível em [www.ccbe.eu](http://www.ccbe.eu)

<sup>24</sup> Cf. [www.bsr.org/](http://www.bsr.org/).

<sup>25</sup> Cf. <http://www.csreurope.org/>

Procurando uma uniformização do conceito, a Comissão das Comunidades Europeias apresentou à comunidade internacional o Livro Verde “*Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*”<sup>26</sup>, onde com base em entendimentos comuns, elaborou uma definição que tem sido recorrentemente utilizada e na qual se entende a RSE “*como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.*”<sup>27</sup>

Do exposto resulta que a Responsabilidade Social das Empresas traduz-se na adoção de práticas voluntárias que não impliquem o mero cumprimento de obrigações a que uma empresa se encontra adstrita, necessitando fazer *algo mais*<sup>28</sup>, sendo precisamente a partir dessas práticas adicionais que se poderão obter vantagens. Por outras palavras, e citando Magalhães (2009, p. 19), a empresa do novo milénio deve preocupar-se com o bem-estar do seu público-alvo (interno e externo) e deve fazê-lo de forma voluntária, espontânea e ética. Com efeito, sem o espírito voluntário a responsabilidade social torna-se responsabilidade legal e sem a ética, a responsabilidade social simplesmente não existe.

## 1.5 Evolução Conceptual

O aumento da complexidade do meio empresarial, resultado da globalização dos negócios, fez despertar nas últimas décadas o interesse pelo tema da Responsabilidade Social das Empresas<sup>29</sup>, passando estas a assumir um papel determinante que ultrapassa a sua vertente económica, e as leva a ter uma função a nível social e ambiental.

Carroll (1999), no artigo intitulado “*Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct*”, situa as primeiras reflexões sobre a responsabilidade social nas décadas de 30 e 40 com Chester Barnard’s (1938) *The Functions of the Executive*, J. M. Clark’s (1939) *Social Control of Business*, e Theodore Kreps (1940) *Measurement*

---

<sup>26</sup> Livro Verde – *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, Bruxelas, 18/07/2001, COM (2001).

<sup>27</sup> Catarina Serra refere que apesar de a Comissão Europeia definir “*expressamente*” o conceito (cf. ponto 20 do livro verde), este peca por não ser mais abrangente. A questão, tal como reconhece a autora, reside no facto de ainda não existir qualquer definição normativa para RSE. Cf. Catarina Serra “*A Responsabilidade Social das Empresas – Sinais de um instituto jurídico iminente?*”, AA.VV., Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita, Volume II, Coimbra Editora, 2009, 844.

<sup>28</sup> Porque consideram ser do seu interesse a longo prazo. Cf. Comunicação da Comissão relativa à “*Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável*”, Bruxelas, 2/07/2002, COM (2002), p. 6.

<sup>29</sup> Optámos por utilizar a expressão Responsabilidade Social das Empresas em detrimento dos conceitos anglo-saxónicos de *Corporate Social Responsibility* ou *Corporate Citizenship*.



of the Social Performance of Business, sendo o grande destaque em 1946 quando a *Fortune Magazine* questionou os “business executives” sobre as suas responsabilidades sociais (Fortune, 1946, cit. in Bowen, 1953, p. 44).

Oyarzún (2012), lembra a célebre discussão doutrinal entre os professores Berle & Dodd no ano de 1932, como sendo a pedra angular de toda a responsabilidade social que se queira atribuir às empresas, para além do objeto principal de maximizar os lucros dos seus acionistas. Berle defendia que o único objetivo das empresas era maximizar os lucros e proteger os interesses dos seus proprietários. Dodd acreditava que as empresas deveriam ter responsabilidades para com os seus acionistas, trabalhadores, clientes e público em geral, em simultâneo com a maximização dos lucros.

Thomas F. McMahon (2001), historiador norte-americano, citado por Perdiguerro (2003, p. 139-140) apresenta dois períodos no desenvolvimento do conceito da responsabilidade social: o primeiro, desde os finais do século XIX até finais dos anos 60 e um segundo que identifica com o debate académico que se produz na Europa e nos Estados Unidos sobre o papel e as responsabilidades sociais das empresas.

Por conseguinte, embora se reconheça a existência de alguns contributos antes dos anos 50, é a partir desta década que se começa a assistir à publicação dos principais trabalhos que estabelecem os fundamentos teóricos da Responsabilidade Social das Empresas.

Carroll (1999, p. 270) considera que a era moderna da literatura sobre a RSE, tem o seu início com Howard R. Bowen (considerado o “pai” da RSE), em 1953, com a publicação do livro “*Social Responsibilities of the Businessman*”, para quem “o homem de negócios tinha a responsabilidade social de prosseguir políticas, tomar decisões ou seguir linhas de ação que fossem desejáveis no âmbito dos objetivos e valores da nossa sociedade.” Bowen propõe uma definição inicial das responsabilidades sociais imputadas aos ditos homens de negócio, postulando-as como a obrigação de os empresários adotarem políticas e práticas ajustadas aos objetivos e valores da sociedade (Bowen, 1953, cit. in Carroll, 1999).

A década de 60 evidencia um crescimento significativo na tentativa de formalização do conceito de responsabilidade social. Dos contributos mais relevantes salientam-se Davis (1960, 1967), McGuire (1963) e Walton (1967). Davis (1960, cit. in Carroll, 1999, p. 271) assumiu um contributo essencial para a definição do atual conceito de RSE, ao referir que determinadas decisões empresariais socialmente responsáveis poderiam traduzir-se a longo prazo em ganhos financeiros, os quais

justificariam a atuação inicial. Com McGuire (1963, *cit. in* Carroll, 1999, p. 271), a defender a ideia de que a responsabilidade social supõe que a empresa não tem apenas obrigações legais e económicas, mas também algumas responsabilidades para com a sociedade. Walton (1967), também citado por Carroll (1999, p. 272), diz que o conceito de responsabilidade social reconhece a proximidade da relação entre a empresa e a sociedade e salienta que tal relação deve ser lembrada pelos gestores de topo à medida que a empresa e os grupos relacionados prosseguem os respetivos objetivos.

É já na década de 70 que se verifica uma proliferação de definições e novas abordagens à RSE (Rego *et al.*, 2006). Davis (1973, p. 312) definiu a RSE como a *“consideração e resposta das empresas a questões que ultrapassam os seus aspetos económicos, técnicos e legais.”* Segundo este autor, *“a responsabilidade social começa onde a lei termina.”* Neste período, Carroll (1979, p. 500) defendeu que a *“responsabilidade social de um negócio envolve as expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em determinado período de tempo.”* É também nesta fase que se verifica uma mudança de paradigma, com o foco da responsabilidade social a migrar do indivíduo (*Businessman*) para a organização (Carroll, 1999).

Nas décadas de 80 e 90, o enfoque é deslocado da produção de definições para a atribuição de maior relevo à investigação, o que abre caminho ao desenvolvimento de modelos alternativos (Carroll, 1999), destacando-se a configuração piramidal da responsabilidade social, cuja tese é: *“a empresa socialmente responsável produz lucros, cumpre a lei, é ética e comporta-se como uma boa cidadã corporativa mediante as atividades filantrópicas”* (Rego *et al.*, 2006, p. 131).

Ainda na década de 90 surgiram desenvolvimentos em conceitos complementares ao da responsabilidade social, tais como, *corporate social performance*, ética nos negócios, *social responsiveness*, cidadania empresarial e teoria dos *stakeholders*. Na tabela 3 apresenta-se um breve resumo de cada um destes novos conceitos.

Uma etapa mais recente, que abarca o início da primeira década do século XXI, é caracterizada pela proliferação de organismos nacionais e internacionais dedicados à ética e à RSE (Rego *et al.*, 2006). Estes organismos visam a regulamentação das práticas de mercado, procurando dar às organizações um conjunto de valores e guias de boas práticas que vão para além da esfera económica.

**Tabela 3 – Responsabilidade Social das Empresas e conceitos relacionados**

Conceito	Definição	Autores
<i>Corporate Social Performance</i>	Conjunto de princípios de responsabilidade social, processos socialmente responsáveis, políticas, programas e resultados observáveis que evidenciem as relações da empresa com a sociedade. O Modelo de CSP inclui princípios, processos e resultados socialmente responsáveis.	Wartick e Cochran (1985), citados por Wood (1991)
<b>Ética nos Negócios</b>	Refere-se como a empresa integra os valores essenciais (como honestidade, confiança, respeito e justiça) nas suas políticas, práticas e no processo de tomada de decisão em todos os níveis da organização. Adicionalmente, envolve o cumprimento das normas e padrões legais e a adesão às regras internas e regulamentos.	Borger (2001)
<i>Social Responsiveness</i>	Capacidade de responder às pressões sociais; é a capacidade das empresas para responderem de modo responsável aos desafios. A empresa usa os seus recursos para antecipar as questões sociais e desenvolver políticas, programas e outros meios de lidar com eles. A gestão das questões sociais está integrada no plano estratégico.	Frederick (1978) Borger (2001)
<b>Cidadania Empresarial</b>	A cidadania empresarial inclui preocupações básicas como desenvolver a competência empresarial, assegurar o futuro, evitar riscos e proteger a reputação e inclui fazer as coisas certas, refletir sobre as crenças das pessoas e ser um lugar onde as pessoas se sintam bem.	Borger (2001)
<i>Stakeholder Theory</i>	A <i>stakeholder theory</i> incorpora a noção de que as empresas têm obrigações para com os grupos existentes na sociedade para além dos acionistas e trabalhadores. Este modelo personaliza as responsabilidades sociais, delineando os grupos específicos que devem ser considerados na orientação da responsabilidade e atuação social.	Freeman (1984)

Fonte: Adaptado de Leal (2005, p. 5)

Relativamente a Portugal, é neste último período que se verifica um significativo desenvolvimento do tema, patente no aumento expressivo do número de estudos e de relatórios de responsabilidade social por parte das empresas. No entanto, o tema só viria a emergir como disciplina de gestão autónoma na sequência da Cimeira Europeia de Lisboa (Pinto, 2004). Neste sentido, a temática da Responsabilidade Social das Empresas surge em Portugal com carácter de sistematização dos acordos estabelecidos a nível mundial e europeu. Um marco na operacionalização da Responsabilidade Social em Portugal foi a criação da Norma Portuguesa 4469-1:2008 – Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, que especifica os requisitos para um sistema de gestão da RSE, sendo aplicável a organizações de diferentes sectores e dimensões (Rebelo *et al.*, 2010). Em Portugal, são ainda de salientar as organizações que promovem a RSE, tais como o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD – Portugal), a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE) e a Rede Nacional de Responsabilidade Social.

## 1.6 Teorias e Abordagens à Responsabilidade Social das Empresas

*“O campo da responsabilidade social das empresas não só apresenta uma ampla paisagem de teorias, como também uma grande proliferação de abordagens, que são controversas, complexas e pouco claras.”*<sup>30</sup>

A Responsabilidade Social das Empresas (RSE), embora não seja um tema recente na literatura, não reúne unanimidade em torno do seu conceito. Com efeito, são vários os autores que lhe atribuem definições diversas, assim como graus de importância distintos. Se, para uns, o termo significa obrigação económica (garantir a sustentabilidade financeira da empresa), para outros assenta no comportamento socialmente responsável em que se observa a ética ou em contribuições que a empresa deve fazer em função do impacto que produz na sociedade.<sup>31</sup> Estamos assim perante um conceito que está sempre em aberto e em constante evolução.

Para melhor enquadramento das diferentes perspetivas que envolvem o conceito de responsabilidade social, Garriga & Melé (2004), num artigo intitulado “*Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory*” realizaram um trabalho de sistematização nesta área, sendo da opinião que existem muitas teorias relacionadas com o tema e dentro destas, várias abordagens, que classificaram em quatro grandes grupos: instrumentais, políticas, integrativas e éticas.

- 1) **Teorias Instrumentais** encaram a responsabilidade social das empresas como um meio para melhorar o desempenho económico e financeiro da empresa;
- 2) **Teorias Políticas** focalizam-se nas interações e nas ligações estabelecidas entre as empresas e a sociedade. Interessam-se pelo poder e pela posição que as empresas assumem na sociedade, e procuram identificar a responsabilidade daí decorrente para as organizações;
- 3) **Teorias Integrativas** atendem ao modo como as empresas integram as exigências sociais nos seus processos decisórios e orientações. Alegam que a existência, a continuidade e o crescimento das organizações depende da sociedade;

---

<sup>30</sup> Garriga & Melé (2004, p. 51), *Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory*, Journal of Business Ethics, 53, 51-71.

<sup>31</sup> Cf. Magalhães, *ob. cit.*, 2009, p. 9.

- 4) **Teorias Éticas** preocupam-se em identificar os princípios de atuação ética que as empresas devem observar, sejam eles os direitos humanos, os interesses legítimos dos *stakeholders* ou o desenvolvimento sustentável das sociedades.

A tabela 4 resume as teorias propostas por Garriga & Melé (2004), associando a cada teoria, as diferentes abordagens, uma breve descrição e as respectivas referências.

**Tabela 4 – Síntese das Teorias e Abordagens da RSE**

Tipo de Teorias	Diferentes Abordagens	Descrição Sumária	Referências
<b>TEORIAS INSTRUMENTAIS</b> As empresas são consideradas como um instrumento orientado para a criação de valor. Centram-se nas atividades sociais como forma de alcançar objetivos económicos	Maximização do valor para o acionista	Maximização do valor a longo prazo	Friedman (1970), Jensen (2000)
	Estratégias para alcançar vantagem competitiva	Investimentos sociais em contextos competitivos	Porter e Kramer (2002)
		Estratégia assente na perspetiva dos recursos naturais da empresa e nas suas capacidades dinâmicas	Hart (1995), Litz (1996)
	Marketing de Causas	Estratégia executada com base na pirâmide económica	Prahalad e Hammond (2002), Hart e Christensen (2002)
<b>TEORIAS POLÍTICAS</b> As empresas são encaradas como tendo poder na sociedade. Centram-se no uso responsável do poder	Constitucionalismo empresarial	Atividades altruístas socialmente reconhecidas, utilizadas como ferramenta de marketing	Murray e Montanari (1986), Varadarajan e Menon (1988)
	Cidadania empresarial	As responsabilidades sociais da empresa decorrem do valor do poder social que detém	Davis (1960, 1967)
	Teoria do contrato social integrativo	A empresa é vista como um cidadão com um certo envolvimento na sociedade e determinadas obrigações	Andriof e McIntosh, Matten e Crane (2001), Wood e Logdson (2002)
		Assume que existe um contrato social implícito entre a empresa e a sociedade	Donaldson e Dunfee (1994, 1999)

Fonte: Adaptado de Garriga & Melé (2004, p. 63-64)

**Tabela 4 – Síntese das Teorias e Abordagens da RSE (cont.)**

<b>Tipo de Teorias</b>	<b>Diferentes Abordagens</b>	<b>Descrição Sumária</b>	<b>Referências</b>
<p><b>TEORIAS INTEGRATIVAS</b> As empresas fazem parte de uma rede de relações. Centram-se principalmente na satisfação das exigências sociais</p> <p>As empresas têm responsabilidades nos assuntos públicos, incluindo a participação na formação das políticas</p>	Gestão de assuntos sociais	Sistema de avaliação e resposta da empresa às questões sociais e políticas que podem ter impactos significativos	Ackerman (1973), Sethi (1975), Jones (1980), Vogel (1986), Wartick e Mahon (1994)
	Responsabilidade Pública	As leis e as responsabilidades nos assuntos políticos são tomadas como referência em termos de desempenho social	Preston e Post (1975, 1981)
	Gestão dos <i>stakeholders</i>	Gestão equilibrada dos interesses dos <i>stakeholders</i> da empresa	Mitchell <i>et al</i> (1997), Rowley (1997), Agle e Michell (1999)
	Desempenho social da empresa	Procura de legalidade social e de processos adequados de resposta às questões sociais	Carroll (1979), Wood (1991), Swanson (1995), Wartick e Cochran (1985)
<p><b>TEORIAS ÉTICAS</b> Baseiam-se nas responsabilidades éticas da empresa para com a sociedade. Focam-se na forma correta para alcançar o bem da sociedade</p>	Teoria normativa dos <i>Stakeholders</i>	Considera os deveres fiduciários relativamente aos <i>stakeholders</i> da empresa. A sua aplicação suporta-se em alguma teoria moral (Kant, utilitarismo, teoria da justiça, etc.)	Evan e Freeman (1988), Freeman (1984, 1994), Donaldson e Preston (1995), Phillips <i>et al.</i> (2003), Freeman e Phillips (2002)
	Direitos Universais	Enquadrada e assente nos direitos humanos, direitos do trabalho e respeito pelo ambiente	The Global Sullivan Principles (1999), UN Global Compact (1999)
	Desenvolvimento Sustentável	Procurar o desenvolvimento humano avaliando a geração presente e a vindoura	World Commission on Environment and Development (Brundtland Report), Gladwin e Kennelly (1995)
	Bem Comum	Orientada para o bem comum e o progresso da comunidade	Kaku (1997), Alford e Naughton (2002), Melé (2002)

Fonte: Adaptado de Garriga & Melé (2004, p. 63-64)

## 1.7 A Institucionalização da Responsabilidade Social na União Europeia

Na Europa, o debate sobre a RSE surgiu em 1993 com o apelo feito por Jacques Delors às empresas, na época Presidente da Comissão Europeia, no sentido de se empenharem no combate aos problemas estruturais do desempenho e da exclusão social.

A resposta não se fez esperar, com a constituição de um grupo de trabalho que em Janeiro de 1995 aprovou a “*Declaração Europeia das Empresas contra a Exclusão Social*”<sup>32</sup> e deu origem a uma das mais ativas organizações europeias para a promoção da RSE, a *Corporate Social Responsibility Europe*.

Em Março de 2000, o Conselho Europeu de Lisboa formulou um apelo especial ao sentido de responsabilidade social do meio empresarial no que toca “às *melhores práticas em matéria de aprendizagem ao longo da vida, organização do trabalho, igualdade de oportunidades, inclusão social e desenvolvimento sustentável*” (ponto 2 do Livro Verde, p. 3). Fixou ainda um objetivo estratégico para a União Europeia, para os 10 anos seguintes, “*Tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social*” (ponto 6 do Livro Verde, p. 3).

A autonomização do conceito da RSE assiste-se em 18 de Julho de 2001, aquando da apresentação do Livro Verde sobre a Responsabilidade Social das Empresas. Nele encontramos a tese do desenvolvimento sustentável<sup>33</sup>, conceito fixado em 1987, aquando do relatório final dos trabalhos da Comissão Mundial das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento (Comissão Brundtland), onde se refere que “*o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas próprias necessidades.*”<sup>34</sup>

Também no livro verde está patente a noção de que as empresas devem prosseguir três tipos de objetivos: económicos, sociais e ambientais. Estas três dimensões interdependentes procuram um equilíbrio de responsabilidades partilhadas para a conciliação dos interesses do indivíduo, da natureza e da sociedade (Rego *et al.*, 2006), sendo por isso designadas pela expressão anglo-saxónica *Triple Bottom Line*, expressão do desenvolvimento sustentável que sintetiza as preocupações e

---

<sup>32</sup> O documento pode ser consultado em [www.csreurope.org](http://www.csreurope.org).

<sup>33</sup> A exigência de um desenvolvimento sustentável determina que todos os operadores no espaço económico adotem especiais cuidados no desenvolvimento da sua atividade e assumam imediata responsabilidade pelos danos que causem aos *stakeholders*. Cf. Catarina Serra, *Manual de Direito Comercial – Noções Fundamentais*, 2009, p. 103.

<sup>34</sup> Cf. Relatório Brundtland (1987).

responsabilidades que as empresas devem ter perante as pessoas (*People*), o meio ambiente (*Planet*) e a economia (*Profits*).<sup>35</sup>

No livro verde a RSE materializa-se em duas grandes áreas de atuação: a interna e a externa. Na sua dimensão interna, as práticas socialmente responsáveis relacionam-se com a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança e a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais. Na sua dimensão externa a responsabilidade social das empresas materializa-se na rede de relações com as comunidades locais, com os clientes e fornecedores, com os acionistas e investidores, na observância dos direitos humanos consagrados universalmente, bem como, na gestão global do meio ambiente.

Menos de um ano após a publicação do livro verde, a Comissão Europeia emite a Comunicação intitulada “*Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável*”. O documento teve como fim apresentar os resultados do processo de consulta do livro verde, apontando os entendimentos das diversas partes consultadas – empresas, associações patronais, associações empresariais, sindicatos e organizações da sociedade civil – em relação ao teor do mesmo.<sup>36</sup>

Em Fevereiro de 2003, o Conselho da União Europeia adota uma nova Resolução relativa à Responsabilidade Social das Empresas, onde exorta os Estados Membros a promoverem a RSE a nível nacional, em paralelo com o desenvolvimento de uma estratégia a nível comunitário, o diálogo com os parceiros sociais e a sociedade civil, a transparência das práticas e instrumentos de RSE, a trocarem informações e experiências sobre as respetivas políticas, a integrarem a RSE nas políticas nacionais e no próprio modelo de governação.<sup>37</sup>

Em Março de 2006, retomando o reconhecimento da importância da Responsabilidade Social das Empresas para o crescimento sustentável e a criação de mais e melhor emprego “(...) a Comissão convida as empresas europeias a passar a uma velocidade superior e a reforçar o seu compromisso com a RSE” (COM, 2006,

---

<sup>35</sup> Se as questões sociais (*Responsabilidade Social*) representam o respeito pelos denominados Direitos, Liberdades e Garantias e Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a abordagem ambiental (*Responsabilidade Ambiental*) prende-se com a defesa do meio-ambiente através do recurso a energias renováveis, da redução da poluição e a promoção da reciclagem de materiais, enquanto a componente económica (*Responsabilidade Económica*) consubstancia-se na obtenção de lucro de uma forma totalmente justa e transparente, pautando a sua conduta pelos mais elevados padrões éticos e morais.

<sup>36</sup> Comunicação da Comissão relativa à “*Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável*”, Bruxelas, 2/07/2002, COM (2002).

<sup>37</sup> Resolução do Conselho da União Europeia de 06/02/2003, relativa à Responsabilidade Social das Empresas, Jornal Oficial da União Europeia C 39, de 18/02/2003.



4).<sup>38</sup> Neste sentido, a Comissão apela às empresas para que “(...) *façam aquilo que sabem fazer melhor: fornecer produtos e prestar serviços de valor acrescentado para a sociedade e utilizar o espírito empresarial e a criatividade na criação de valor e emprego*” (COM, 2006, 3).

Em Outubro de 2011, a Comissão Europeia publicou um novo documento intitulado “*Responsabilidade Social das Empresas: Uma Nova Estratégia da UE para o Período de 2011-2014*”, onde é reforçada a importância do investimento em responsabilidade social, quer para as empresas, quer para a sociedade. Nele consta uma nova definição de Responsabilidade Social das Empresas – “*a responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade*”<sup>39</sup> – bem como o programa de ação para 2011-2014, em que se pretende dar mais visibilidade à RSE e à divulgação de boas práticas, melhorar o desempenho e acompanhar os níveis de confiança nas empresas, aperfeiçoar os processos de co-regulação e auto-regulação, melhorar a remuneração do mercado para a RSE, aumentar a transparência no plano social e ambiental, integrar melhor a Responsabilidade Social das Empresas na educação, formação e investigação, dar relevo às políticas nacionais e sub-nacionais em matéria de RSE e harmonizar as perspetivas europeia e mundial neste domínio.

Após este enquadramento teórico sobre a Responsabilidade Social das Empresas, afigura-se oportuno efetuar uma análise sobre a forma como este instituto social se apresenta perante o Direito.

---

<sup>38</sup> Neste documento a Comissão apoia o lançamento da Aliança Europeia para a RSE de forma a concretizar três grandes objetivos: “*sensibilizar e melhorar o conhecimento da RSE e comunicar os seus resultados; contribuir para integrar a RSE nas práticas correntes e desenvolver coligações abertas para a cooperação; assegurar a criação de um ambiente favorável à RSE.*” Cf. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, “*Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um Pólo de Excelência em termos de Responsabilidade Social das Empresas*”, Bruxelas, 22/03/2006, COM (2006).

<sup>39</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sob o título, “*Responsabilidade Social das Empresas: Uma Nova Estratégia da UE para o período de 2011-2014*”, Bruxelas, 25/10/2011, COM (2011), p. 7.

## Parte II – A Responsabilidade Social das Empresas e o Direito

---

É inquestionável o interesse e a importância que o tema da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) assume nas diferentes áreas do conhecimento científico, tais como, na economia, gestão, sociologia, filosofia, psicologia, ética, mas também no direito. No entanto, o debate sobre o tema tem vindo a ser desenvolvido essencialmente ao nível das disciplinas não jurídicas, mantendo o direito alguma distância relativamente à RSE.<sup>40</sup> Importa, pois, neste contexto, tecer algumas considerações sobre a relação entre a RSE e o Direito.

### 2.1 O Direito como Realidade Social

*“Ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi jus”<sup>41</sup>*

*Ulpiano, Corpus Iuris Civilis*

Já na antiguidade se dizia que onde existe o homem existe sociedade (*ubi homo, ibi societas*). Mas também se dizia que onde houver sociedade haverá direito (*ubi societas, ibi jus*) e a recíproca também é verdadeira (*ubi jus, ibi societas*).

De acordo com Varela (2011), sendo a sociedade indispensável à vida do homem, a convivência humana exige que se defina e prevaleça uma ordem, isto é, um conjunto de regras gerais e padrões que orientem de forma imperativa o comportamento do homem e estabeleçam as regras de organização dessa sociedade, bem como as instituições que dela fazem parte. Dessa ordem social, destaca-se a ordem jurídica, o Direito. Diz ainda este autor que *“a ordem jurídica é, pois, a ordem social regulada ou constituída pelo Direito, ou seja, por um conjunto de normas gerais, abstratas e imperativas, cuja observância pode ser assegurada de forma coerciva pelo Estado.”<sup>42</sup>*

Na mesma linha de pensamento, Baptista Machado (1990) refere que *“o Direito, a ordem jurídica, constitui uma parte integrante – e necessariamente complementar –*

---

<sup>40</sup> “A RSE é já uma prática muito generalizada, sobretudo nas empresas multinacionais e de maior dimensão, e um critério novo (não financeiro) de avaliação das empresas, em que se afere, entre outras coisas, da conduta das empresas com as normas jurídicas (do Direito Constitucional, do Direito do Trabalho, do Direito do Ambiente, do Direito da Concorrência, do Direito dos Consumidores, do Direito Fiscal)”, in Serra, *A Responsabilidade Social das Empresas – Sinais de um instituto jurídico iminente?*, in AAVV *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, 835-867.

<sup>41</sup> Brocardo jurídico atribuído ao Jurisconsulto Romano Ulpiano.

<sup>42</sup> Varela, *Manual de Introdução ao Direito*, Universidade de Cabo Verde, 2011, p. 6.

*da ordem social global. Participa, portanto, da ordem social global e é co-constitutiva dela.*”<sup>43</sup>

Etimologicamente, o termo direito vem do latim “*Directum*” do verbo “*dirigere*” (dirigir, orientar, endireitar), significando aquilo que é “*reto*”, “*direito*” ou “*conforme à razão*.” Segundo as palavras de Reale (2004) “*o Direito corresponde à exigência essencial e indeclinável de uma convivência ordenada, pois nenhuma sociedade poderia subsistir sem um mínimo de ordem, de direção e solidariedade*.” É, por conseguinte, “*um facto ou fenómeno social; não existe senão na sociedade e não pode ser concebido fora dela*.”<sup>44</sup>

O direito cumpre assim a sua missão ordenadora da vida social através das normas jurídicas, que, ao invés de outras normas sociais, “*caraterizam-se pela sua coercibilidade*”, sendo esta “*assegurada pelo aparelho de coerção estadual. A ordem jurídica estadual tem por detrás de si o aparelho estadual que, se, por um lado, impõe e tutela o direito objetivo, por outro representa a garantia jurídica dos direitos subjetivos, dando-lhes uma consistência prática que contribui decisivamente para tornar viável um tráfico económico de bens e serviços*.”<sup>45</sup>

## **2.2 A Institucionalização Social e Jurídica da Responsabilidade Social**

*“Toda a sociedade importa necessariamente uma ordem (...). A ordem social, conformadora da posição relativa dos membros, existe em todas as sociedades (...). Mas o que representa o elemento essencial de toda a sociedade, e constitui o fundamento profundo da ordem existente, são as instituições que lhe são próprias.”*<sup>46</sup>

Para Baptista Machado (1990, p. 14), instituição designa, em sentido corrente, a ação e o efeito de instituir, sendo que instituir significa fixar e ordenar qualquer coisa. Em sentido jurídico, a palavra instituição serve para designar os complexos normativos que se reúnem à volta de princípios comuns e que regulamentam um determinado tipo de relações sociais (ou um determinado fenómeno social); ou, então, para designar a realidade social que está na base de tais relações (o próprio fenómeno disciplinado pelas

---

<sup>43</sup> Baptista Machado, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Almedina, Coimbra, 1990, p. 12.

<sup>44</sup> Reale, *Lições Preliminares de Direito*, Editora Saraiva, 27.ª Edição, 2004, p. 2.

<sup>45</sup> Cf. Baptista Machado, *ob. cit.*, 1990, p. 125.

<sup>46</sup> Ascensão, *O Direito. Introdução e Teoria Geral. Uma Perspetiva Luso-Brasileira*, Almedina, Coimbra, 6.ª edição, 1991, p. 21.

ditas normas). É nesta segunda aceção, que surge o conceito de instituto jurídico.<sup>47</sup> Nader (1998) considera instituto jurídico “*a reunião de normas jurídicas afins, que rege um tipo de relação social ou interesse e que se identifica pelo fim que procura realizar.*”<sup>48</sup>

Efetuada estas considerações iniciais, importa refletir sobre o enquadramento da Responsabilidade Social das Empresas no Direito e avaliar se este instituto social poderá ser caracterizado enquanto *instituto jurídico*. Como ponto de partida, temos a essência da RSE – *o seu carácter voluntário*, por contraposição à característica do Direito – *a sua coercibilidade*. Como base de trabalho socorremo-nos, entre outros, de dois estudos científicos, da autoria de Serra<sup>49</sup>, que procuram mostrar a interseção entre a RSE e o Direito.<sup>50</sup>

Como já havíamos referenciado, o direito, a ordem jurídica, constitui uma parte integrante da ordem social global e deve acompanhar a realidade social. Apenas o direito consegue salvaguardar a pretendida estabilidade e garantir a segurança que a comunidade necessita, de maneira que, e como bem sublinha Neves (2006), se o direito não pode deixar de se referir à realidade humana e social (que o chama como dimensão regulativa)<sup>51</sup>, a RSE deverá ter lugar reservado no campo jurídico.

O direito, enquanto ordenamento complexo constrói-se por referência a uma determinada realidade social e histórica e, por vezes, a normatividade das regras advém, não só dos mecanismos e da legitimidade de onde são emanadas, mas também da sua capacidade de modelar a *praxis* social.<sup>52</sup> Acresce, nas palavras de Baptista Machado (1990, p. 29), que “*casos há em que a regulamentação jurídica incide sobre instituições*

<sup>47</sup> De acordo com Cordeiro, *Tratado de Direito Civil Português - Parte Geral*, Tomo I, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2000, p. 194, “*o instituto jurídico é um conjunto concatenado de normas e de princípios que permite a formação típica de modelos de decisão.*”

<sup>48</sup> Nader, *Introdução ao Estudo do Direito*, Rio de Janeiro: Editora Forense, 16.ª Edição, 1998, p. 100.

<sup>49</sup> A Responsabilidade Social das Empresas – Sinais de um instituto jurídico iminente? in AAVV *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, vol. II, Coimbra Editora, 2009, 835-867 e A Responsabilidade Social das Empresas através do Direito (e o Direito à luz da Responsabilidade Social das Empresas), in Responsabilidade Social – Uma visão Ibero-Americana, Almedina, Coimbra, 2011, 599-632.

<sup>50</sup> As referências doutrinárias em Portugal ao conteúdo jurídico da RSE são ainda escassas. A destacar, para além de Serra, Câmara, *Código das sociedades comerciais e a reforma ao código das sociedades comerciais*, Almedina, Coimbra, 2008, p. 40, faz apenas uma referência ao facto de parte do preceito 64.º do CSC abrir a porta a um relançamento da RSE. Também Frada, *A business judgment rule no quadro dos deveres gerais dos administradores*, in ROA, Ano 68, n.º 1, Lisboa, 2007, 159-205, pp. 177-178, revela a necessidade de se atender aos interesses subjacentes à RSE, por força do art. 64.º n.º 1 al. b) do CSC e Abreu, *Deveres de Cuidado e de Lealdade dos Administradores e Interesse Social in Reformas do Código das Sociedades*, IDET, colóquios n.º 3, Almedina, Coimbra, 2007, 15-47, pp. 46-47, menciona a temática da RSE, no entanto, revela-se muito cético quanto ao carácter jurídico da mesma. Posição bem visível na sua afirmação: “tema (mais) jurídico afim do da responsabilidade social das empresas é o da função ou vinculação social da propriedade e iniciativa económica privadas”, p. 47, nota 98.

<sup>51</sup> Neves, *O funcionalismo jurídico*, in RLJ, Ano 136.º, Setembro – Outubro 2006, pp. 30-31.

<sup>52</sup> Neste sentido, Mendes, *A Responsabilidade Social da Empresa no Quadro da Regulação Europeia*, dissertação de mestrado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, p. 133 e Serra, *A Responsabilidade Social das Empresas através do Direito...*, ob. cit., p. 601; *A Responsabilidade Social das Empresas – Sinais de um instituto...*, ob. cit., pp. 863-864.

*básicas, dotadas de uma forte carga afetivo-valorativa e existencial, (...) e, nestes casos, o direito tem que respeitar tal realidade, reconhecendo-lhe uma certa autonomia.”*

Além disso, se na teoria legal, o direito era tido como um complexo sistemático de normas<sup>53</sup> aplicáveis pela força, visando a ordem e a harmonia da vida social, hoje a ordem jurídica não se limita somente ao seu caráter imperativo (ordenar) e coercivo (proibir), pois, tal como salienta Serra (2011, p. 605), por um lado “*as normas não se esgotam nas categorias descritas*”<sup>54</sup>, isto é, “*o direito não consiste apenas na imposição de ações ou condutas*” e, por outro, “*a aquisição de dignidade jurídica por parte dos institutos sociais não passa necessariamente pela sua “positivação” ou consagração expressa em normas*”, ou seja, “*a admissibilidade da RSE como instituto jurídico não pressupõe o recurso a normas imperativas e, na verdade, até dispensa o recurso a normas.*”

Mas, se é notória a cumplicidade entre a Responsabilidade Social das Empresas e o Direito, desde logo porque este não existe enquanto ciência abstrata, desejando manter-se adequado à realidade e ao mesmo tempo aberto às mudanças que vão surgindo, e por aquela ser cada vez mais um imperativo, ainda que de base voluntária, em contínua transformação, pode hoje conceber-se este instituto social como um instituto jurídico? Dito por outras palavras, poder-se-á falar de uma *institucionalização*, que além de social seja também jurídica?

A questão trazida à discussão não reúne consensos. Trata-se de passar a responsabilidade social das empresas de mera instituição social a instituição jurídica.<sup>55</sup>

Ora, se por um lado, há quem se manifeste contra a intervenção da ordem jurídica, desde logo por constituir “*o resultado do enfraquecimento dos valores inerentes à RSE, isto é, a necessidade de juridificação significa aceitar que esses valores deixaram de ser espontaneamente assumidos, sendo acolhidos pelo Direito*” (Frada, 2012, p. 10), e por estarmos perante um conceito que tem subjacente a prática de condutas socialmente responsáveis de natureza voluntária, por outro, há quem entenda,

---

<sup>53</sup> A ordem jurídica decompõe-se em unidades normativas que, ao mesmo tempo que a exprimem e, em certo sentido, a “concretizam”, funcionam como mediadores na “aplicação” do Direito às situações concretas da vida. São as *normas* (Baptista Machado, *ob. cit.*, p. 79).

<sup>54</sup> A ordem jurídica *ordena e proíbe*, através de normas que podem ser *precativas* (determinam que se faça alguma coisa, que reconhecem ou identificam outras normas como pertencentes ao sistema vigente), *proibitivas* (são as que negam a alguém a prática de certos atos) e *permissivas* (as que facultam fazer ou omitir algo) (Reale, 2004, p. 136).

<sup>55</sup> Serra, *ob. cit.*, 2009, p. 863, nota 97.

salvaguardando-se esta característica, ser possível<sup>56</sup> “*pôr-se a prática livre de atos de RSE “sob a sombra do Direito”*”<sup>57</sup> e estabelecer-se um quadro legal com base no qual as empresas venham a sentir-se fortemente impelidas a praticá-los.”<sup>58</sup>

Para tal, e de acordo com este entendimento “*basta fazer com que eles produzam algumas consequências jurídicas (...)*”, constituindo, por exemplo, os atos de RSE, “*em condição positiva de acesso da empresa a certa qualidade ou em requisito da aposição, aos produtos, sob o controlo da autoridade pública, de rótulos sociais e ecológicos.*”

Acrescenta ainda Serra que, “*A RSE funcionaria, nesta hipótese, como um ónus, o que, representa necessariamente um estímulo à ação*”, para concluir que, “*se, como acontece já em algumas ordens jurídicas, se criasse o dever (dever jurídico) de as empresas divulgarem balanços de informação social e se instituísse a responsabilidade pessoal dos dirigentes das empresas pelas atividades da RSE, a solução seria ainda mais eficaz.*”<sup>59</sup>

Em síntese, o Direito constitui-se por referência a uma determinada realidade histórica e social, de tal modo que, a normatividade jurídica não é senão o sentido do comportamento considerado socialmente devido. Através da *juridificação*<sup>60</sup> ou assimilação jurídica, a Responsabilidade Social das Empresas deixaria de ser apenas um valor ético e social e converter-se-ia num *valor* ou *princípio jurídico*, que seria a definitiva expressão da sua *validade normativa*, o que reforçaria a sua aceitação pela comunidade.<sup>61</sup>

## 2.3 A Função do Direito como Regulador de Condutas Sociais

O fim do Direito é o bem comum. O Direito pretende ordenar os aspetos fundamentais da convivência humana, criando as condições exteriores que permitam a

---

<sup>56</sup> O carácter voluntário da RSE não determina a impossibilidade da sua integração no Direito, isto é, no domínio normativo e jurisdicional.

<sup>57</sup> Ainda que a RSE não esteja devidamente acolhida ou assimilada pelo sistema jurídico português.

<sup>58</sup> Muito embora não se possa considerar para já a RSE um verdadeiro instituto jurídico, na medida em que a mesma não opera num corpo de normas e princípios autónomos, tal não impede, como salienta Serra (2009, *ob. cit.*, p. 117), a aquisição de dignidade jurídica, bastando-se com a sua consagração como princípio ou critério de ação, entendido como fundamento, norma ou critério de conduta, quer impondo um comportamento social válido ou legítimo, quer ajuizando sobre esse comportamento em termos de justiça ou injustiça, de validade ou invalidade, de licitude ou ilicitude.

<sup>59</sup> Cf. Serra, *Manual de Direito Comercial – Noções Fundamentais*, 2009, p. 116-117.

<sup>60</sup> Como diz B. Machado, *ob. cit.*, p. 28 “(...) as instituições são um importante dado prévio do Direito. (...) essas estruturas ordenadoras criadas pelo processo social de institucionalização, surgidas da generalização de determinados modelos de comportamento para as relações sociais típicas, das necessidades do tráfico social e de ideias valorativas ordenadoras da vida comunitária, tendem para a juridificação (...), já que, sendo elementos constitutivos da realidade social, não pode o Direito deixar de nelas se inspirar.”

<sup>61</sup> Neste sentido, Serra, 2011, *ob. cit.*, p. 599.

conservação da sociedade e a realização pessoal dos seus membros.<sup>62</sup> Para atingir essa finalidade, a ordem jurídica recorre a normas, nomeadamente a normas jurídicas, ou seja, regras de conduta imperativas, gerais e abstratas, adotadas e impostas de forma coerciva pelo Estado. É através das normas jurídicas que o Direito cumpre a sua missão ordenadora da vida social.

Baptista Machado (1990, *ob. cit.*, p. 32) apresenta-nos uma definição sociológica do Direito ao considerá-lo “*como um instrumento de controle social particularmente eficaz, por se tratar de um conjunto de normas assistidas de uma sanção socialmente organizada*”, sendo este o entendimento de muitos juristas, para quem “*a norma jurídica se distingue das restantes normas de conduta social (normas morais, normas religiosas, normas de cortesia, etc.) justamente por ser uma norma caucionada pela coercibilidade.*”<sup>63</sup> De acordo com esta visão, o Direito é a “*ordenação coercitiva da conduta humana*”<sup>64</sup>, é uma ordem de coação.

Paralelamente a esta perspetiva, o mesmo autor dá a conhecer uma definição jurídica do Direito, segundo a qual é visto como “*uma ordem de convivência humana com um sentido – e esse sentido é o da Justiça*”, pelo que “*a coação ou a coercibilidade não especifica o Direito no plano do ser, não o determina no seu conteúdo e, portanto, não faz parte da sua essência.*”<sup>65</sup> De acordo com esta visão, a ideia de Direito “*exige uma ordem com determinado sentido, uma ordem justa*” (B. Machado, *ob. cit.*, p. 33).

Se, como vimos, tradicionalmente o Direito tinha implícita a característica da coercibilidade, hoje o Direito não se limita apenas ao carácter imperativo e coercivo, isto é, não se traduz somente na imposição de ações ou condutas, a partir de normas jurídicas, porquanto a coercibilidade não configura elemento essencial do Direito.

O Direito também estimula, favorece e promove a prática desses comportamentos. Nas palavras de Teubner “*o Direito é um mecanismo que aspira determinar o sentido das condutas sociais através da ameaça de sanções; todavia, via de regra, as suas inevitáveis falhas de eficácia induzem as partes envolvidas a*

---

<sup>62</sup> Ascensão, *ob. cit.*, p. 200.

<sup>63</sup> Nesse sentido, já em 1877, Rudolf Von Ihering, citado por Tércio Sampaio Ferraz Jr. *Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, Decisão, Dominação*, 5.ª edição revista e ampliada, São Paulo, Editora Atlas, 2007, p. 99, dizia que “*Direito é o conjunto de normas coativas válidas num Estado (...). Os dois fatores que ele inclui são o da norma e o da realização por meio de coação. O conteúdo da norma é um pensamento, uma proposição jurídica, mas uma proposição de natureza prática, isto é, uma orientação para a ação humana; a norma é, portanto, uma regra conforme a qual nos devemos guiar.*”

<sup>64</sup> Reale, *ob. cit.*, 2004, p. 47.

<sup>65</sup> Tércio Sampaio Ferraz Jr. *ob. cit.*, p. 84, refere que o “*Direito, como fenómeno marcadamente repressivo, modifica-se, tornando-se também e sobretudo em mecanismo de controle premunitivo: em vez de disciplinar e determinar sanções em caso de indisciplina, dá maior ênfase a normas de organização, de condicionamentos que antecipam os comportamentos desejados, sem atribuir o carácter de punição às consequências estabelecidas ao descumprimento.*”

*transformar os sistemas de coação em sistemas de negociação. Esta transformação é por vezes interpretada como tratando-se de uma alteração latente da função do direito regulatório: enquanto regulação direta da conduta humana e social, o direito cedo atinge os seus próprios limites, sendo reinterpretado tacitamente como uma espécie de direito processual.*”<sup>66</sup> Ou seja, o Direito assume uma nova orientação no sentido de acompanhar as transformações da realidade social, sendo que a coercibilidade é apreendida numa outra dimensão.<sup>67</sup> Daqui resulta que o Direito contém imensas possibilidades de realização do *dever ser*<sup>68</sup>, seja através da sanção, da persuasão, do estímulo, da promoção, e pode adotar diversas formas para a consecução do seu fim.

Se, o Direito tem a função de regular as condutas do homem dentro da sociedade, deve ele apreender e compreender essa realidade, para assim estabelecer as regras que a deverão orientar. Trata-se aqui da *juridificação* da realidade social, que segundo Baptista Machado (1990, p. 28) é o reflexo da prática reiterada de determinados modelos de comportamento para as relações sociais típicas, bem como das regras orientadoras de conduta e de trato social e da consciência axiológica que condiciona a vida em comunidade, já que, sendo “*elementos constitutivos da realidade social, não pode o Direito deixar de nelas se inspirar.*”

Situando-nos no âmbito da Responsabilidade Social das Empresas, salienta Serra que este instituto “*é uma prática cada vez mais generalizada e, quem a pratica, pratica-a na convicção de estar a cumprir uma ação que é devida*”, ou seja, “*já vai sendo intencionalmente assimilada*”, no exercício da RSE, “*aquela que é a condição indispensável para o reconhecimento de qualquer facto como Direito*”<sup>69</sup>: *a validade normativa.*”<sup>70</sup>

---

<sup>66</sup> Teubner, *Juridificação – Noções, características, limites, soluções*, in Revista de Direito e Economia, Coimbra, Ano XIV, 1988, p. 77.

<sup>67</sup> Veja-se a este propósito Tércio Sampaio Ferraz, Jr. (2007, p. 120-121), quando diz que “O Estado contemporâneo, caracterizado por sua extensiva intervenção no domínio económico, tornou a tese da essencialidade da sanção, no sentido de um ato de coação enquanto um mal, demasiadamente estreita. Hoje se fala, cada vez mais, de sanções premiais, como são, por exemplo, os incentivos fiscais, cuja função é o encorajamento de um ato (sanção-prémio) e não o seu desencorajamento (sanção-castigo).”

<sup>68</sup> Segundo Ascensão, *ob. cit.*, p. 199, o Direito é uma ordem da sociedade em que concorrem as determinações do ser (ou facto), do dever ser (ou norma) e do valor (ou fundamento). O Direito é uma ordem existente, com o sentido de um dever ser, em cada sociedade, destinada a estabelecer os aspetos fundamentais da convivência e criar condições para a realização das pessoas, e que se funda em regras com exigência absoluta de observância.

<sup>69</sup> Um facto só é Direito quando está socialmente estabilizado, quando é consensual, constante e repetido, e, sobretudo, quando, além de “ser”, ele é um “dever ser” (também o facto deriva do Direito), in Serra, 2009, *ob. cit.*, p. 864.

<sup>70</sup> Cf. Serra, 2009, *ob. cit.*, p. 864.



## 2.4 Uma Nova Função Social do Direito: *O Direito Regulatório*

Teubner, no seu artigo “*Juridificação – Noções, características, limites, soluções*”<sup>71</sup>, faz uma análise e interpretação deste fenómeno e propõe que se articule esta forma evolutiva do Direito e do sistema jurídico com o conceito de *materialização da lei formal*, desenvolvido por Max Weber, ou seja, de transformação do tradicional Direito formal num novo tipo de Direito material, o *Direito Regulatório*, característico do moderno Estado Social (ou Estado Providência). Uma dessas transformações respeita à mudança no plano da função do Direito.

Segundo o autor, este direito assume uma *nova função social*, já que “*não se limita a satisfazer os imperativos de resolução dos conflitos impostos pelo funcionamento de uma sociedade de mercado, mas serve também os imperativos políticos de intervenção e de direção próprios do moderno Estado Social*”, isto é, “*o direito é instrumentalizado em função dos objetivos e finalidades do sistema político, que agora assume a responsabilidade pela condução de certos processos sociais, e nomeadamente, na definição dos objetivos a alcançar, na escolha dos instrumentos normativos, no processo de formulação e implementação das normas.*”<sup>72</sup>

O Direito Regulatório surge assim entendido “*como um direito instrumental, como um mecanismo de regulação ou direção social, em ordem à consecução de determinados objetivos formulados pelo sistema político.*”<sup>73</sup>

Esta instrumentalização é particularmente evidente, não só no contexto do Direito da Segurança Social e do Direito do Trabalho, mas também, em certa medida, no contexto do Direito das Sociedades, justamente em áreas como a da Responsabilidade Social das Empresas, em que é manifesta, a intenção da regulação de algumas ordens jurídicas.<sup>74</sup>

Em síntese, a juridificação não significa apenas crescimento do Direito, mas designa antes um processo no qual o Estado Social intervencionista cria um novo tipo de Direito – *O Direito Regulatório*<sup>75</sup>.

---

<sup>71</sup> Teubner, “*Juridificação – Noções, características, limites, soluções*”, in Revista de Direito e Economia, Coimbra, Ano XIV, 1988, p. 17-88.

<sup>72</sup> Teubner, *ob. cit.*, p. 39.

<sup>73</sup> Teubner, *ob. cit.*, p. 46.

<sup>74</sup> Teubner, *apud* Serra, *A Responsabilidade Social das Empresas – Sinais de um instituto jurídico iminente?* 2009, p. 865, nota 103.

<sup>75</sup> O Direito Regulatório – que “*especifica coercivamente a conduta social em ordem à consecução de determinados fins materiais*” – caracteriza-se pelo primado da racionalidade material relativamente à racionalidade formal, e pode ser analisado na perspetiva de três transformações fundamentais em relação ao tradicional direito formal: no plano da sua *função*, é um direito associado às exigências de direção e conformação social, próprias do Estado Social, no plano

E é precisamente no âmbito do *Direito Regulatório* que a Responsabilidade Social das Empresas se inclui e é à luz da *Função Promocional* do Direito que ela deve ser considerada.<sup>76</sup>

Bobbio, na sua obra “*Da Estrutura à Função: Novos Estudos de Teoria do Direito*” considera que “*a função de um ordenamento jurídico não é somente controlar o comportamento dos indivíduos, o que pode ser obtido por meio da técnica das sanções negativas, mas também direcionar os comportamentos para certos objetivos preestabelecidos*”, pelo que seria mais correto definir o Direito, “*do ponto de vista funcional, como forma de controle e de direção social.*”<sup>77</sup>

De acordo com o autor, é preciso ajustar a teoria geral do Direito às mudanças da sociedade contemporânea e ao crescimento do Estado Social e, consequentemente, transformar o direito como mero instrumento de controlo social<sup>78</sup>, em instrumento de direção social. A teoria do Direito deve ser complementada por uma análise funcional do Direito, com destaque para a função promocional, ou seja, a ação que o direito desenvolve pelo instrumento das sanções positivas, destinadas a promover a realização de atos socialmente desejáveis.<sup>79</sup> Neste sentido, assiste-se segundo Bobbio à mudança de um ordenamento jurídico repressivo<sup>80</sup> para um ordenamento jurídico com uma função promocional.

Bobbio menciona que houve um vertiginoso aumento de normas de organização e que é cada vez mais frequente o uso de técnicas de encorajamento (no sentido de “promover” e “favorecer” valores e “estimular” condutas), o que constitui o Direito numa incontestável função promocional. Estas técnicas de encorajamento visam, não só tutelar, mas também provocar o exercício de atos conformes ao Direito.

---

da sua *legitimação*, é um direito onde assumem fundamental relevo os efeitos sociais despoletados pelas suas próprias regulações conformadoras e compensadoras e finalmente, no plano da sua *estrutura normativa*, o direito regulatório afigura-se como um direito “particularístico”, finalisticamente orientado e tributário das ciências sociais (Teubner, 1988, p. 39, 47-48).

<sup>76</sup> Serra, 2009, *ob. cit.*, p. 865.

<sup>77</sup> Bobbio, *Da Estrutura à função: novos estudos de teoria do direito*, *ob. cit.*, p. 79, *apud* Martins, *A Função Promocional do Direito Tributário na Extrafiscalidade por Estímulos*, Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009, p. 17.

<sup>78</sup> Tendo por base as teorias tradicionais do Direito, Bobbio considera as técnicas de proteção e repressão do direito insuficientes como instrumentos de controlo social do Estado atual. Desse modo, diagnóstica, no âmbito dessas teorias, que bastariam sobretudo normas negativas, ou seja, normas que estabelecem proibições e que habitualmente são reforçadas por sanções negativas, com vista ao desencorajamento da conduta regulada. Tem-se assim uma conceção de direito marcadamente repressiva, que se vale de um ordenamento jurídico de índole coativa, *in* Martins, *ob. cit.*, p. 28-29.

<sup>79</sup> Neto, 2011, *Teoria funcionalista e função promocional do direito*, Jus Navegandi, Teresina, ano 16, p. 3.

<sup>80</sup> Neste ordenamento, o alvo principal de regulação são os comportamentos socialmente indesejados, também designados de desviantes ou não conformes, cuja técnica aplicada é a do desencorajamento, por atribuição de determinada consequência desagradável, *in* Martins, *ob. cit.*, p. 31.

Ao ordenamento promocional interessam os comportamentos socialmente desejáveis; assim, ele procura tornar *necessária, fácil e vantajosa* a ação desejada. É também notório que, sob o ponto de vista da função, as medidas têm, sobretudo, propósitos de modificação e de inovação: quando se trata de um comportamento permitido, o ordenamento promocional pretende que o indivíduo faça o máximo uso da sua liberdade e procura encorajá-lo a modificar o estado das coisas; quando se trata de um comportamento devido, ao ordenamento promocional interessa, sobretudo, o comportamento “superconforme”, que ultrapasse as exigências legais, e empregam-se sanções positivas, premiando, por exemplo, os indivíduos que superem as normas e adotem condutas ou práticas inovadoras.<sup>81</sup>

O Direito não serve apenas para sancionar o incumprimento, mas também para prevenir o cumprimento, isto é, nem todas as normas são *preceptivas, proibitivas* ou *permissivas*, pois o universo jurídico admite outras formas de manifestação da ordem jurídica. E como sublinha Serra, a Responsabilidade Social das Empresas é um daqueles fenómenos que “*solicitam o recurso a técnicas inovadoras, que tornem os comportamentos ou as condutas, os atos ou as práticas, não obrigatórios, mas desejáveis ou apeteceíveis aos sujeitos – assim como os atos contrários a elas indesejáveis ou repugnantes.*”<sup>82</sup>

Temos pois que, na visão de Bobbio o Direito evoluiu para uma função promocional, não só porque passou a contemplar novas formas de exercer o próprio controlo social – feito agora não apenas por meio da coação (sanções negativas), como também através de condicionamentos psicológicos (sanções positivas e incentivos) – mas, sobretudo, porque agregou uma função de direção social capaz de fomentar mudanças sociais, através de técnicas de encorajamento<sup>83</sup>, no sentido de *promover* e *favorecer* valores e *motivar* ou *estimular* comportamentos socialmente desejáveis e responsáveis.

---

<sup>81</sup> Bobbio, *ob. cit.*, apud Serra, *A Responsabilidade Social das Empresas – Sinais de um instituto jurídico iminente?*, 2009, p. 865, nota 104.

<sup>82</sup> Serra, 2011, *ob. cit.*, p. 605.

<sup>83</sup> Sobre as técnicas de encorajamento é possível perceber que a sua ocorrência pode dar-se em resposta ao comportamento favorável já realizado, consistindo nas chamadas sanções positivas, como também pode incidir na forma de incentivos (ou favorecimentos) prévios ou durante a realização do comportamento desejado. Ambas as categorias (sanções positivas e incentivos) são compreendidas como formas típicas pelas quais se manifesta a função promocional do direito, e é em razão do uso dessas técnicas que se abre caminho para uma visão mais moderna do direito, onde o ordenamento jurídico não realiza somente o controlo do comportamento dos indivíduos, mas também direciona os comportamentos para certos objetivos preestabelecidos, que leva Bobbio a afirmar que hoje seria mais correto definir o direito, do ponto de vista funcional, como forma de controlo e de direção social, *in* Martins, *ob. cit.*, p. 32-34.

Segundo Serra, o Direito Comunitário concretiza – e sustenta – estas novas tendências, uma vez que, dada a sua natureza (usando com frequência instrumentos de *soft law*<sup>84</sup>) e os seus propósitos (de harmonização), é sempre um domínio privilegiado para a emergência de soluções do tipo.<sup>85</sup> E dá como exemplo o Parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 3/12/2008, sobre “*A abordagem proactiva do direito: Um passo para legislar melhor a nível da UE*”<sup>86</sup>, onde se descreve esta iminente (r)evolução do Direito.

Determina o Comité que “*é função do legislador interpretar os interesses coletivos, definir as condutas lícitas e sancionar as práticas não conformes com aquelas condutas.*” No entanto, isso não é suficiente, pelo que apela a uma mudança de paradigma, isto é, “*chegou a altura de colocar de lado a secular abordagem reativa do direito e adotar uma abordagem proactiva do direito. Colocar a ênfase na forma como o direito é utilizado e como atua na vida diária e na forma como é recebido pela comunidade que procura regular.*” Acrescenta ainda que “*o direito proactivo consiste em atribuir capacidades e competências – o que é realizado pelos, com, e para os utilizadores do direito, sejam eles indivíduos ou empresas; o que se pretende é uma sociedade em que as pessoas e as empresas estejam conscientes dos seus direitos e das suas responsabilidades, possam beneficiar das vantagens que a lei possa conferir, tenham consciência dos seus deveres jurídicos de forma a evitar litígios sempre que possível e possam resolver as disputas inevitáveis o mais cedo possível utilizando os métodos mais adequados.*”<sup>87</sup>

Em síntese e como afirma Serra (2011, p. 608) em face das tendências recentes, não será o carácter voluntário da RSE que constituirá impedimento para a sua integração no Direito – no inovador *Direito Regulatório* ou *Proactivo*.

---

<sup>84</sup> Como afirma Vergani (2010, p. 81), a expressão *soft law* tem sido utilizada pela doutrina e já foi incorporada no meio jurídico, principalmente no Direito Internacional. Não se trata de uma nova espécie normativa, mas a sua designação está relacionada com a sua (in)coercibilidade. Desse modo, a doutrina internacional tem-se reportado a *soft law* para se referir ao conjunto de normas de carácter facultativo, ou seja, às regras contidas em comunicações, resoluções, declarações, diretrizes, códigos de conduta, livros brancos, livros verdes, protocolos etc., posto que tais instrumentos normativos implicam recomendações e orientações que deverão nortear as ações daqueles a quem se destinam.

<sup>85</sup> Serra, 2011, *ob. cit.*, p. 606 e seg.

<sup>86</sup> Parecer publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, C 175/26, de 28/07/2009.

<sup>87</sup> Para mais desenvolvimentos, Serra, *Responsabilidade Social das Empresas através do Direito (e o Direito à luz da Responsabilidade Social das Empresas)*, in *Responsabilidade Social – Uma visão Ibero-Americana*, Almedina, Coimbra, 2011, 599-632.

## 2.5 Responsabilidade Social *versus* Responsabilidade Legal

Davis (1973) descreveu a responsabilidade social como “*a consideração e resposta das empresas a questões que ultrapassam os seus aspetos económicos, técnicos e legais.*” Segundo o autor, “*a responsabilidade social começa onde a lei termina*”<sup>88</sup>, ou seja, uma empresa não é socialmente responsável se cumprir apenas as exigências mínimas da lei. A responsabilidade social vai além disso, consistindo na aceitação, por parte da empresa, de uma obrigação social que está para lá das exigências instituídas na lei. Esta visão transporta-nos para o campo da relação entre a Responsabilidade Social e a Lei.

Num estudo comparativo sobre a *Responsabilidade Social e Regulada no Sector Metalomecânico Brasileiro e Português*, Magalhães (2009) introduziu na discussão alguns autores que se debruçaram sobre esta relação, nomeadamente sob o ponto de vista da ética empresarial, elemento indispensável da Responsabilidade Social (cf. Tabela 5).

**Tabela 5** – Síntese das principais reflexões sobre a relação entre a Responsabilidade Social e Legal

<b>Autores</b>	<b>Descrição Sumária</b>
Pava, 1996	Recorre a fontes rabínicas e talmúdicas para explicar a expressão “ <i>para além do alcance da letra da lei</i> ”, partindo da distinção entre duas correntes relativas à responsabilidade social: a clássica – protagonizada por Milton Friedman (1970) – que defende que a empresa apenas se deve centrar no lucro e no cumprimento das suas obrigações legais, e a corrente que proclama a implantação de práticas sociais para além da lei (Stone, 1975). Este autor, descreve ainda algumas das razões principais pelas quais as empresas devem atuar, dentro do âmbito social, para além daquilo que a lei determina. Entre as razões mais importantes, refere a lentidão da lei e as limitações relacionadas com a própria conceção e implementação da lei.
Ostas, 2001	Parte do conceito de lei avançado por Milton Friedman (1970) para explicar que a ideia que os empresários têm da lei é socialmente construída, pelo que é necessário que essa ideia seja primeiro construída para só depois se partir para ações socialmente responsáveis. Logo, os empresários devem ter um amplo conhecimento da lei e das consequências do seu cumprimento (ou não) para poderem decidir o que fazer, sobretudo no domínio da responsabilidade social.
Silverstein, 1987	A lei relaciona-se de forma dinâmica com a responsabilidade social, pelo que os temas mais relevantes no âmbito das práticas socialmente responsáveis, mais cedo ou mais tarde acabam por ser transpostos para a lei pelas exigências da própria sociedade.
Di Lorenzo, 2006	Afirma que os princípios de Governança Corporativa assumem uma conduta conforme à lei. O autor defende que determinados regimes legais são mais eficazes do que outros no âmbito do grau de cumprimento que influenciam.
Dunfee, 1996	Analisa a relação entre a responsabilidade social e a lei, referindo que, embora nem sempre aconteça, a lei deve ser um reflexo da moral e dos princípios éticos vigentes. Caso contrário, a instituição legal pode perder crédito e força aos olhos da sociedade. O autor defende ainda que os valores morais da sociedade afetam a lei, tanto no âmbito da sua criação, como da sua interpretação. Do mesmo modo, a lei pode ajudar a implementar valores morais, nomeadamente aqueles que ainda não reúnem consenso.

Fonte: Adaptado de Magalhães (2009, p. 48-52).

<sup>88</sup> Davis, K. (1973). The Case For and Against Business Assumption of Social Responsibilities, *Academy of Management Journal*, 16(2), 312-322.

**Tabela 5** – Síntese das principais reflexões sobre a relação entre a Responsabilidade Social e Legal (cont)

Autores	Descrição Sumária
Dam e Scholtens, 2008	Analisam a relação entre a localização geográfica de várias empresas multinacionais e a regulamentação dos países onde elas atuam, concluindo que os países onde a legislação é fraca atraem empresas com baixos níveis de responsabilidade social e afastam empresas com elevados índices socialmente responsáveis. Logo, os autores concluem que existe uma relação direta entre a <i>performance</i> social das empresas e o ambiente legal onde elas atuam.
Christensen, 2007	Defende que a lei tem um papel preponderante na tomada de decisões éticas no âmbito organizacional, pois quando os gestores se confrontam com dúvidas recorrem à lei. A lei pode e deve, ainda, ser vista como uma forma de se agir de modo consensual no âmbito de questões sociais que não contam com a concordância de todos, tendo um papel unificador no seio de uma sociedade. Além disso, a lei deve ser sempre baseada em princípios morais, para que possa ser seguida e aplicada com a devida justiça, ou seja, deve ser cultivada a “moral da lei”.
Nesteruk, 1996	Esclarece que são três os elementos que determinam a relação no âmbito das organizações: a natureza dos cargos que os indivíduos ocupam, o tipo de escolhas com que se confrontam e a natureza da comunidade.
McCarty, 1988	Encara esta relação através da perspectiva interna e externa. Na interna as normas existem para contribuir para o lucro da organização, isto é, para proveito próprio. O autor refere que a ética das empresas e a lei são ambos sistemas normativos, isto é, sistemas de normas de conduta. Na perspectiva externa, a ética e a lei são prejudiciais para a organização, na medida em que assentam em normas externas àquela. Neste caso, as normas éticas e legais devem ser seguidas mesmo que não proporcionem lucro à organização (contrariamente ao que se passa na perspectiva interna, que considera o seguimento das normas apenas quando estas são lucrativas para a empresa).

Fonte: Adaptado de Magalhães (2009, p. 48-52).

Segundo a autora, *“considerar o contexto legal em estudos sobre responsabilidade social é de extrema importância, no âmbito da influência que esse contexto pode exercer em relação às práticas socialmente responsáveis.”* A atestar esse facto, invoca três razões. A primeira prende-se com a influência que os textos legais provocam, de um modo geral, nas expectativas criadas em volta da adoção de boas práticas, o que começa a ocorrer antes desses textos estarem em vigor. A partir do momento em que essas expectativas são criadas, um conjunto de forças começa a ser gerado, as quais derivam das necessidades de vários atores, como os consumidores, os investidores, e a comunidade, que pressionam as organizações a atuar em conformidade com a lei. Por fim, essas leis que os governos criam são um indicador da importância que o tema regulado possui, o que varia de acordo com a cultura do país em questão, com os interesses dos consumidores, com as ações institucionais dos investidores, com o regime de governança corporativa e com a natureza mais coletivista ou individualista do país.<sup>89</sup>

Nesta perspectiva, a responsabilidade social e a responsabilidade legal, embora sendo conceitos distintos – a primeira reporta-se a uma atuação que se pretende para além das obrigações legais, enquanto a segunda significa o simples cumprimento da lei

<sup>89</sup> Magalhães, 2009, *ob. cit.*, p. 53.

por parte das empresas, nomeadamente no que respeita às questões relacionadas com a responsabilidade social – estão intimamente ligados.

Partindo desta noção de responsabilidade legal – *cumprimento da lei por parte das empresas* – que constitui a base da responsabilidade social, apresenta-se um conjunto de normas previstas na lei, relacionadas com esta temática, o que não significa que a sua observância traduza um comportamento social, já que, face à visão descrita – *ser socialmente responsável é ir para além da lei*.

Em Portugal a legislação relacionada com aspetos ligados à responsabilidade social das empresas é muito vasta. Pela importância de que se reveste destacamos dois diplomas fundamentais: A *Constituição da República Portuguesa*<sup>90</sup> e o *Código do Trabalho*.<sup>91</sup>

A Lei Fundamental consagra algumas normas no âmbito das questões sociais, que vão ao encontro da responsabilidade social, destacando-se as respeitantes aos *Direitos, Liberdades e Garantias dos Trabalhadores*: segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa (artigo 53.º), criação de comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses (artigo 54.º), liberdade sindical (artigo 55.º), direito à greve (artigo 57.º); aos *Direitos e Deveres Económicos*: direito ao trabalho (artigo 58.º), direitos dos trabalhadores (artigo 59.º); e aos *Direitos e Deveres Sociais*: segurança social e solidariedade (artigo 63.º), paternidade e maternidade (artigo 68.º), cidadãos portadores de deficiência (artigo 71.º). Já no plano ambiental e qualidade de vida, o artigo 66.º da Constituição aponta para o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Estado, com o envolvimento dos cidadãos, no quadro de um desenvolvimento sustentável, um conjunto de responsabilidades.

Ao nível do Código do Trabalho, evidenciam-se os principais dispositivos no âmbito das questões sociais: igualdade e não discriminação (artigo 23.º e seg.), parentalidade (artigo 33.º e seg.), trabalho de menores (artigo 66.º e seg.), trabalhador com capacidade de trabalho reduzida (artigo 84.º), trabalhador com deficiência ou doença crónica (artigo 85.º e seg.), trabalhador-estudante (artigo 89.º e seg.), formação profissional (artigo 130.º e seg.), segurança, higiene e saúde no trabalho, acidentes de

---

<sup>90</sup> A Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976, foi objeto de sete revisões constitucionais, através das Leis Constitucionais n.º 1/82, de 30 de Setembro, 1/89, de 8 de Julho, 1/92, de 25 de Novembro, 1/97, de 20 de Setembro, 1/2001, de 12 de Dezembro, 1/2004, de 24 de Julho e 1/2005, de 12 de Agosto.

<sup>91</sup> O Código do Trabalho foi aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto e na sua Regulamentação, pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, tendo sido objeto de revisão pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.

trabalho, doenças profissionais (artigo 281.º e seg.), ilicitude de despedimento (artigo 381.º e seg.) e associações sindicais e associações de empregadores (artigo 440.º e seg.).

Na tabela 6, apresenta-se uma síntese dos assuntos relacionados com a Responsabilidade Social das Empresas contemplados na Constituição da República Portuguesa e no Código do Trabalho, e bem assim, na Legislação Comunitária.<sup>92</sup>

**Tabela 6 – Resumo das normas obrigatórias em Portugal no âmbito da RSE**

<b>Legislação Social e Ambiental em Portugal</b>
<b>Constituição da República Portuguesa</b>
<b>Regulação Interna:</b> Proteção no despedimento, direito à associação sindical, direito à greve, direitos de igualdade independentemente da idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, higiene, saúde e segurança no trabalho, jornada de trabalho, férias, acidentes de trabalho e doenças profissionais, segurança social, proteção na maternidade e paternidade e proteção a cidadãos portadores de deficiência.
<b>Regulação Externa:</b> Meio Ambiente
<b>Código do Trabalho</b>
<b>Regulação Interna:</b> Igualdade e não discriminação, proteção da maternidade e paternidade, trabalho de menores, trabalhador com capacidade de trabalho reduzida, trabalhador com deficiência ou doença crónica, trabalhador-estudante, formação profissional, segurança, higiene e saúde no trabalho, acidentes de trabalho, doenças profissionais, proibição de despedimento sem justa causa e estruturas de representação coletiva dos trabalhadores.
<b>Outras normas de origem portuguesa (Resoluções, Decretos-lei, Portarias, Leis e Despachos)</b>
<b>Regulação Interna:</b> Formação e qualificação profissional, abono pré-natal e abono de família, proteção no desemprego, saúde, higiene e segurança no trabalho, segurança (previdência) social, pensões de invalidez, velhice, sobrevivência e doença profissional, apoio a mães e pais estudantes, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, proteção na maternidade e paternidade, despedimentos coletivos, assistência a filhos com deficiência ou doença crónica, acidentes de trabalho, igualdade no trabalho e no emprego.
<b>Regulação Externa:</b> Meio ambiente (emissão de gases poluentes e poluição do ar, energias renováveis, contraordenações ambientais, controlo da poluição e tratamento de águas e resíduos).
<b>Legislação Europeia</b>
<b>Regulação Interna:</b> Higiene, saúde e segurança no trabalho, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, segurança (previdência) social dos trabalhadores, doenças profissionais, formação profissional, igualdade de tratamento sem distinção de origem racial ou étnica, licença parental, proteção dos jovens no trabalho e segurança e saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho.
<b>Regulação Externa:</b> Meio ambiente (emissão de gases poluentes, poluição, rótulo ecológico comunitário e conceção ecológica dos produtos que consomem energia).

Fonte: Adaptado de Magalhães (2009, p. 372)

Também no Ordenamento Jurídico Português, existem normas respeitantes à publicação obrigatória de documentos relacionados com a comunicação da responsabilidade social, tais como o *Balanço Social*<sup>93</sup> (regulado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, nos seus artigos 458.º a 464.º), o *Relatório de Atividades do Serviço de*

<sup>92</sup> A respeito da legislação comunitária, são muitas as normas traduzidas em Resoluções, Diretivas, Diretrizes, Outros Atos, Comunicações, Decisões, Regulamentos e Recomendações, que versam aspetos ligados à Responsabilidade Social das Empresas (cf. por ex., saúde e segurança no trabalho, princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres no emprego, ambiente, etc.), que nos dispensamos de estar aqui a reproduzir, dada a sua extensão, estando as mesmas disponíveis para consulta no portal oficial da União Europeia.

<sup>93</sup> O Balanço Social é um instrumento que integra todo um conjunto de informação respeitante ao tecido social das empresas (n.º de funcionários, horário de trabalho, recrutamento de trabalhadores, higiene e segurança, etc.).



*Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho* (Decreto-lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 109/2000, de 30 de Junho) e o *Relatório sobre o Governo das Sociedades*<sup>94</sup> (Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 1/2010). Estes documentos visam comunicar aspetos da vida social das empresas, pelo que, ao estarem previstos na lei, situam-se no domínio da responsabilidade legal.<sup>95</sup>

Pela pertinência de que se reveste, importa ainda elencar algumas referências legislativas onde é manifesta a preocupação do Direito Português em dar acolhimento ao instituto da Responsabilidade Social das Empresas (cf. tabela 7).

**Tabela 7** – Exemplos da Promoção da RSE no Direito Português

Diploma Legal	Referência à RSE
Decreto-lei n.º 34/2004, de 19/02	Cria a Direção-Geral da Empresa e determina no seu artigo 3.º, alínea i), que uma das suas competências é “ <i>promover o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas, visando reforçar a competitividade empresarial.</i> ”
Lei n.º 12/2004, de 30/03	Estabelece no artigo 2.º que o regime instituído pela presente lei “ <i>visa regular a transformação e o desenvolvimento das estruturas empresariais de comércio, (...) tendo por fim último a defesa do interesse dos consumidores e a qualidade de vida dos cidadãos, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas.</i> ”
Lei n.º 55-A/2004, de 30/12	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2005, e identifica, entre outros objetivos, “ <i>a promoção e integração da responsabilidade social das empresas no âmbito da política de conservação da natureza, designadamente no tocante num contexto de novos modelos do governo das empresas e de exercício de cidadania</i> ” e a “ <i>promoção e integração no quadro da política de ambiente da estratégia de responsabilidade social das empresas que considera para além do desempenho financeiro, contempla também a preocupação com os efeitos sociais e ambientais das suas atividades.</i> ”
Lei n.º 8/2008, de 18/02	Completa o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia, no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores, e dispõe no seu artigo 25.º n.º 2 que o órgão de direção ou administração deve apresentar ao conselho de trabalhadores um relatório anual contendo “ <i>informação sobre as iniciativas relacionadas com a responsabilidade social das empresas.</i> ”
Decreto-lei n.º 209/2008, de 29/10	Estabelece no seu artigo 1.º, o regime de exercício da atividade industrial, com o objetivo de “ <i>prevenir os riscos e inconvenientes resultantes da exploração dos estabelecimentos industriais, visando salvaguardar a saúde pública e dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, a higiene e segurança dos locais de trabalho, a qualidade do ambiente e um correto ordenamento do território, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas.</i> ”
Decreto-lei n.º 21/2009, de 19/01	Estabelece o regime jurídico da instalação e da modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais e determina no preâmbulo que “ <i>na apreciação dos novos estabelecimentos e conjuntos comerciais, é dada uma especial relevância à contribuição positiva de tais empreendimentos para a promoção da melhoria do ambiente, preenchendo exigências de eco-eficiência, do desenvolvimento da qualificação do emprego e da responsabilidade social das empresas promotoras dos projetos em apreciação.</i> ”

Fonte: Adaptado de Catarina Serra (2011, p. 614-617)

<sup>94</sup> O Governo das sociedades diz respeito ao conjunto de mecanismos através dos quais se materializa a gestão e o controlo das sociedades de capital aberto, onde se incluem instrumentos que permitem avaliar e responsabilizar os gestores da sociedade pela sua gestão e performance (Monteiro, 2005, *ob. cit.*, p. 68).

<sup>95</sup> Magalhães, 2009, *ob. cit.*, p. 59.

## 2.6 O Sentido Atual da Responsabilidade Social das Empresas

*“Although there is not yet one generally accepted definition of CSR, CSR is generally understood to be “doing more than what is required by law”, i.e, beyond legal compliance.”<sup>96</sup>*

Da secção anterior resulta que uma empresa só é socialmente responsável quando vai para além da obrigação de respeitar a lei, *“sendo que o ideal é que o faça por acreditar que assim será uma empresa melhor e contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa, isto é, que tenha por base razões éticas e substantivas”*, pelo que não se poderá deixar de atender à importância *“de se fazer uma distinção clara entre responsabilidade social e responsabilidade legal, sobretudo para que não haja tendência para confundir (de forma aparente ou real) ambos os conceitos.”<sup>97</sup>*

Ora, não existindo uma definição normativa de RSE, costuma recorrer-se ao conceito consagrado no Livro Verde da Comissão Europeia que a descreve como *“a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”<sup>98</sup>*, que vão para além das regras jurídicas e normativas a que terão de obedecer. Ou seja, *“a RSE não compreende apenas a observância das disposições legais e contratuais aplicáveis às empresas (compliance with the law), envolve a adoção de comportamentos com conteúdos mais criativos e inovadores e portanto implica transcender voluntariamente o que está expressamente previsto e estabelecido na lei (voluntarily go beyond mere compliance with the law).”<sup>99</sup>* A este propósito, Serra (2011) introduz o conceito de *“corporate compliance”*, para significar *“o conjunto de políticas e de instrumentos de controlo vocacionado para a eliminação das práticas da empresa desconformes ao Direito (nomeadamente crimes) e que demonstra às entidades externas que a empresa está empenhada em prosseguir tal fim. Consiste, na prática, em programas que são adotados pelas empresas no sentido de educar os trabalhadores e promover comportamentos éticos, mas também de detetar e evitar as violações da lei.”<sup>100</sup>* Através destas iniciativas, pretende-se distinguir as ações que correspondem ao cumprimento de uma obrigação legal, das ações inseridas no espírito de liberalidade das empresas.

<sup>96</sup> Buhmann, *Corporate Social Responsibility: What role for law? Some aspects of law and CSR*, 2006, p. 189.

<sup>97</sup> Magalhães, 2009, *ob. cit.*, p. 3.

<sup>98</sup> Cf. Livro Verde, ponto 20.

<sup>99</sup> Serra, 2011, *ob. cit.*, p. 603-604.

<sup>100</sup> Serra, 2011, *ob. cit.*, p. 604, nota 11.

Posto isto, verificamos que a responsabilidade legal tem subjacente a prática de atos por parte das empresas, no estrito cumprimento das disposições jurídicas (por exemplo, cumprimento dos deveres laborais, pagamento das contribuições à segurança social e à fazenda nacional), às quais estão vinculadas no exercício da sua atividade comercial, sob pena de cometerem infrações. Já a responsabilidade social vai para além do que as empresas devem fazer por prescrição legal ou normativa.<sup>101</sup> É neste sentido que se verifica a pertinência do *Direito Regulatório*, uma vez que a sua abordagem proactiva “*permite orientar as condutas consideradas adequadas por parte das empresas sem, contudo, transformar-se em mais um conjunto de normas identificadas pela coercibilidade.*”<sup>102</sup>

Neste contexto, e citando o Parecer do Conselho Económico e Social<sup>103</sup>, “A RSE é complementar das soluções legislativas e contratuais, a que as empresas estão ou podem vir a estar obrigadas (...), não havendo por isso “fronteiras fixas entre a RSE, de base voluntária, e as regulações legais e contratuais. Os problemas que em alguns países ou em determinadas épocas exigem normas legais e contratuais podem noutros países ou noutras épocas ser resolvidos através de RSE.” Assim sendo, a Responsabilidade Social das Empresas “*refere-se à decisão, tomada voluntariamente pelas próprias empresas – isto é, para além das regras inscritas no quadro jurídico-normativo a que as empresas obedecem – de integrar de forma duradoura preocupações sociais e ecológicas nas suas atividades produtivas e comerciais e nas suas relações com todos os parceiros, assim sociais como civis, contribuindo para a melhoria da sociedade e para a qualidade ambiental.*”

Em conclusão, “*Trata-se de uma noção compreensiva e abrangente, que se situa mais no âmbito das boas práticas e da ética empresarial e da moral social, do que no dos normativos jurídicos.*”

---

<sup>101</sup> Magalhães (2009, p. 247) no estudo científico que elaborou aponta para a dificuldade dos gestores em identificar as ações de responsabilidade social que estavam para lá das legalmente obrigatórias. Com efeito, refere a autora “*várias foram as ações citadas que, apesar de estarem ao abrigo da lei, foram consideradas ações de responsabilidade social por parte de vários sujeitos. O destaque vai para o meio ambiente, pois o facto de uma empresa não poluir e cumprir a legislação ambiental foi, inúmeras vezes, citado como sendo uma ação socialmente responsável. Além dessas, outras foram aqui referidas, pelos sujeitos dos quatro casos: formação profissional, higiene e segurança no trabalho, pagamento dos salários, segurança social e pagamento de impostos, entre outras.*”

<sup>102</sup> Vergani, 2010, *ob. cit.*, p. 65.

<sup>103</sup> Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social das Empresas (aprovado no Plenário de 17 de Janeiro de 2003), Conselho Económico e Social (Relator, Vítor Melícias), p. 5-6.

## 2.7 A Responsabilidade Social das Empresas e o Governo das Sociedades

*“No que respeita ao Direito português, há também sinais inequívocos da interferência da RSE nos conceitos tradicionais de empresa e de sociedade (comercial ou civil) e a forma como é concebido o exercício normal das atividades económicas. Ela funciona já como critério para apreciar a licitude dos atos de gestão das sociedades comerciais.”*<sup>104</sup>

Para Mendes (1998) as sociedades comerciais são uma organização constituída por uma coletividade de pessoas ou por bens patrimoniais, destinada à prossecução de fins ou interesses, normalmente coletivos ou sociais, a que a ordem jurídica atribui a suscetibilidade de ser titular de direitos e obrigações.<sup>105</sup> As sociedades comerciais são a forma jurídica mais comum de exercício de uma empresa, sendo o seu objetivo principal a obtenção do lucro. Todavia, a atuação das empresas confronta-se cada vez mais com a questão social, fruto da sua ligação à comunidade onde estão inseridas. Daí que se questione se muitas das ações praticadas pelas empresas, tidas como socialmente responsáveis (doações, patrocínios, voluntariado empresarial, etc.), não são suscetíveis de colocar em causa o fim para que foram criadas. Ora, estabelece o artigo 6.º n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais que *“a capacidade da sociedade compreende os direitos e as obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu fim, excetuados aqueles que lhe sejam vedados por lei ou sejam inseparáveis da personalidade singular.”*<sup>106</sup> Ou seja, de acordo com esta norma<sup>107</sup>, a capacidade de exercício da sociedade tem como limite a prossecução do seu fim imediato – *produzir lucros* – o que condiciona a autonomia dos administradores no que diz respeito à adoção de condutas socialmente responsáveis. Mas, tal não significa, que não se possa pensar num sentido mais abrangente da responsabilidade social das empresas.<sup>108</sup>

<sup>104</sup> Serra, *Responsabilidade Social das Empresas através do Direito (e o Direito à luz da Responsabilidade Social das Empresas)*, in *Responsabilidade Social – Uma visão Ibero-Americana*, Almedina, Coimbra, 2011, p. 622.

<sup>105</sup> Mendes, *Direito Civil (teoria geral)*, I vol., AAFDL, Lisboa, 1998, p.254.

<sup>106</sup> O mesmo se diz no artigo 160.º n.º 1 do Código Civil (2011, 2.ª Edição da Almedina), a propósito da capacidade das pessoas coletivas, que *“abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins.”*

<sup>107</sup> Que consagra o princípio da especialidade do fim das sociedades comerciais.

<sup>108</sup> Frada (2012, *ob. cit.*, p. 29), conclui que a empresa socialmente responsável em nada contraria o princípio da especialidade do fim das sociedades comerciais, não violando o artigo 6.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, desde logo porque a RSE é conveniente à prossecução da função social da sociedade; em segundo lugar, não é incompatível com o fim lucrativo das empresas, uma vez que na maioria dos casos a responsabilidade social pretende, precisamente, a maximização do lucro; e por fim a RSE pode também integrar-se enquanto comportamento meramente altruísta, sem que tenha em vista qualquer retorno financeiro, sendo tal possível por força do n.º 2 do artigo 6.º do CSC, que prevê uma exceção ao princípio da especialidade do fim, ao preceituar que, *“as liberalidades, que possam ser consideradas usuais, segundo as circunstâncias da época e as condições da própria sociedade, não são havidas como contrárias ao fim desta.”*

Como afirma Ogando (2011), “há que não desconsiderar a empresa como sujeito juridicamente autónomo e separar a sua responsabilidade direta, da responsabilidade dos empresários seus acionistas. Não nos devemos esquecer que na noção de responsabilidade social da empresa nos referimos a esta como centro de interseção de responsabilidades de carácter social, onde se incluem simultaneamente a pessoa coletiva e o empresário, que apesar de serem entidades relacionadas, têm funções claramente distintas.”<sup>109</sup>

Da noção de responsabilidade social vertida no Livro Verde da Comissão, resulta a integração voluntária e duradoura por parte das empresas, de preocupações sociais e ecológicas nas suas atividades produtivas e comerciais e nas suas relações com todos os *stakeholders*. Para Monteiro (2005), responsabilidade social e governo das sociedades são conceitos complementares, uma vez que as preocupações ao nível do bem-estar da sociedade, quando incorporadas na estratégia empresarial, nos instrumentos de gestão e nas suas operações, são passíveis de se revestir de valor económico.<sup>110</sup> Igual opinião é partilhada por Serra (2011) quando afirma que “a RSE mantém uma relação próxima com o movimento da corporate governance (governança das sociedades)”, já que ambos “se reconduzem ao conceito de desenvolvimento sustentável e obedecem à ideia de que os operadores no espaço económico devem adotar especiais cuidados no desenvolvimento da sua atividade e interiorizar uma cultura de responsabilidade (preventiva e sucessiva) perante os stakeholders.”<sup>111</sup> A RSE é algo que deve fazer parte da gestão corrente da sociedade e cujos “planos de ação” devem ser debatidos ao nível da administração. Cunha (2010) revisita a definição da *Corporate Governance*<sup>112</sup> e adequa-a à nova realidade do mundo moderno, afirmando que esta disciplina deverá preocupar-se com o controlo e a administração da sociedade atendendo aos interesses dos *stakeholders* e o relacionamento entre todos estes atores no palco societário.<sup>113</sup>

Almeida (2006) vê a *corporate governance* como o “conjunto de princípios relativos à estrutura e funcionamento dos órgãos sociais, transparência e divulgação

---

<sup>109</sup> Ogando, 2011, *ob. cit.*, p. 875.

<sup>110</sup> Monteiro, 2005, *ob. cit.*, p. 68.

<sup>111</sup> Serra, 2011, *ob. cit.*, p. 622.

<sup>112</sup> Na definição da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE, 1999) *corporate governance* é o sistema pelo qual as sociedades comerciais são administradas e controladas. A estrutura da *corporate governance* especifica a distribuição dos direitos e das responsabilidades dos diferentes participantes na empresa – o conselho de administração, os gestores, os acionistas e outros intervenientes – e dita as regras e os procedimentos para a tomada de decisões nas questões empresariais. Ao fazê-lo, fornece também a estrutura através da qual a empresa estabelece os seus objetivos e as formas de atingi-los, bem como de monitorizar a sua performance.”

<sup>113</sup> Cunha, “*Corporate & Public Governance nas Sociedades Anónimas: Primeira Reflexão*”, AA.VV., Direito das Sociedades em Revista, Almedina, Setembro 2010, P. 159-179.

*de informação, assim como o exercício dos direitos sociais, por influência do direito anglo-saxónico, que constituem benchmarks para orientação dos investidores.”*<sup>114</sup>

Dentro desta definição, incluímos o fenómeno da responsabilidade social das empresas por entendermos que é uma ferramenta necessária no funcionamento dos órgãos sociais, na transmissão da informação de forma ética e transparente e, por tais práticas, quando consideradas globalmente, criarem valor para os *stakeholders* da sociedade.

A preocupação com a governação societária, será, em princípio, tanto maior quanto mais acentuada for a separação entre a propriedade e a gestão da empresa. Daí que o interesse prático e teórico por estas questões tenha surgido no ordenamento americano, em especial com referência às sociedades mais complexas e de maior dimensão, nas quais a disseminação do capital é muito grande. Na Europa, o movimento da *corporate governance*<sup>115</sup> teve início nos anos 90, numa primeira fase em Inglaterra, alastrando-se depois a outros países, não apenas em resultado da liberalização da circulação de bens e serviços, mas também devido ao aumento de operações de fusão entre empresas europeias e à crescente internacionalização das suas estruturas acionistas. Em Portugal, embora o debate sobre a *corporate governance* seja relativamente recente<sup>116</sup>, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) deu um importante passo nesta matéria, com a publicação, em 1999, de um conjunto de recomendações dirigidas às empresas cotadas em bolsa, tendo a última versão sido publicada em 2010<sup>117</sup>, paredes meias com o seu Regulamento n.º 1/2010.<sup>118</sup>

Paralelamente ao domínio das recomendações, de cumprimento voluntário, provenientes de organizações fundadas na sociedade civil, bem como de autoridades reguladoras, temos a regulamentação legal (imperativa) da governação societária em Portugal, que corresponde ao modelo mínimo que as sociedades devem cumprir.

A este respeito, destacamos o Código das Sociedades Comerciais ao determinar o contexto normativo do governo societário no Direito português, sendo de salientar, de

---

<sup>114</sup> Almeida, “Sociedades Abertas”, AA.VV., *Direito dos Valores Mobiliários*, Volume VI, Coimbra Editora, 2006, p. 41.

<sup>115</sup> A *corporate governance* associa-se aos princípios com o mesmo nome (*principles of corporate governance*), aprovados pela OCDE, revistos e desenvolvidos em 2004 e que abrangem os seguintes pontos: regime eficaz da *corporate governance*; direitos dos acionistas e as funções dos detentores do capital; tratamento equitativo dos acionistas; papel dos *stakeholders* na governação da empresa; transparência e difusão da informação e responsabilidade dos administradores (cf. [www.oecd.org/](http://www.oecd.org/)).

<sup>116</sup> O Instituto Português de *Corporate Governance* lançou em 2006 o Livro Branco sobre *Corporate Governance* em Portugal, estando disponível para consulta no site [www.ecgi.org/codes/documents/libro\\_bianco\\_cgov\\_pt.pdf](http://www.ecgi.org/codes/documents/libro_bianco_cgov_pt.pdf).

<sup>117</sup> Estas recomendações estão assentes num princípio de *comply or explain*, isto é, as sociedades suas destinatárias (cotadas) devem cumprir as recomendações ou explicar por que razão não o fazem, em relatório sobre o tema divulgado anualmente ao abrigo daquele regulamento. As recomendações e o referido regulamento, bem como os relatórios de governação societária, encontram-se disponíveis no portal da CMVM em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

<sup>118</sup> O Código de Governo das Sociedades de 2010 congrega normas recomendatórias, de natureza voluntária, que visam orientar o comportamento ético dos intervenientes na vida das sociedades cotadas.

entre as várias regras estabelecidas, os deveres gerais dos administradores, vinculando-os à prossecução diligente dos interesses da sociedade, tendo em conta os interesses de outros *stakeholders*, como os credores sociais e os trabalhadores.

Resulta assim da renovada norma do artigo 64.º do CSC<sup>119</sup>, com a redação introduzida pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, que os gerentes e administradores da sociedade ficam constituídos em dois grupos de deveres fundamentais: os *deveres de cuidado* e os *deveres de lealdade*. Com interesse para o âmbito da RSE<sup>120</sup>, temos os deveres de lealdade, também designados *deveres fiduciários* (*fiduciary duties*, no Direito inglês), ou seja, “*deveres inerentes à relação de confiança que se estabelece entre a sociedade e os gestores e com base na qual estes (fiduciaries) atuam em nome e no interesse daquela.*”<sup>121</sup> Como refere Abreu (2007)<sup>122</sup>, trata-se do “*dever de os administradores exclusivamente terem em vista os interesses da sociedade*<sup>123</sup> *e procurarem satisfazê-los, abstendo-se portanto de promover o seu próprio benefício ou interesses alheios.*”

Nesta sequência, da alínea b), do n.º 1, do artigo 64.º cumpre destacar uma espécie de recomendação aos gerentes e administradores para a importante função que uma sociedade comercial pode ter na comunidade onde se insere e conseqüentemente, atender aos problemas existentes no meio envolvente, sobretudo aos interesses dos *stakeholders*, “*sempre que isso não acarrete um desproporcionado prejuízo para o interesse social.*”<sup>124</sup> Por outro lado, e como sublinha Serra, entre o interesse social e os

---

<sup>119</sup> Estabelece a norma do artigo 64.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais que, “os gerentes ou administradores da sociedade devem observar: a) *deveres de cuidado, revelando a disponibilidade, a competência técnica e o conhecimento da atividade da sociedade adequados às suas funções e empregando nesse âmbito a diligência de um gestor criterioso e ordenado; b) deveres de lealdade, no interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os seus trabalhadores, clientes e credores.*”

<sup>120</sup> As condutas socialmente responsáveis são enquadráveis no âmbito dos deveres que os gerentes e administradores devem observar no exercício das suas funções. Catarina Serra fala de um “*alargamento da esfera de interesses que os gestores devem ter em consideração*” (Serra, 2010, *O Novo Direito das Sociedades: para uma governação socialmente responsável*, p. 160), desde logo, porque além dos interesses dos sócios e dos trabalhadores, também os interesses de qualquer outro sujeito suscetível de afetação pela atividade da sociedade estará tutelado. E isto demonstra uma abertura de que outros interesses (reflexos da RSE) começam a ser atendidos.

<sup>121</sup> Serra, *Manual de Direito Comercial – Noções Fundamentais*, 2009, p. 96.

<sup>122</sup> Abreu, *Deveres de Cuidado e de Lealdade dos Administradores e Interesse Social*, in *Reformas do Código das Sociedades*, Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, colóquios n.º 3, Coimbra, Almedina, 2007, p. 22.

<sup>123</sup> Os interesses da sociedade (ou interesse social) em causa são os interesses dos sócios, dos trabalhadores, dos clientes, dos credores e ainda os interesses de quaisquer sujeitos suscetíveis de influenciar ou afetar a atividade da sociedade e ou de ser afetados por ela – os *stakeholders*. E ao que tudo indica, os gerentes e administradores deverão, a partir de agora, mitigar o objetivo de maximização do lucro com outros objetivos ou exigências (predominantemente de carácter social), in Serra, 2011, *ob. cit.*, p. 623.

<sup>124</sup> Frada, 2012, *ob. cit.*, p. 42.

interesses dos *stakeholders* existe uma relação de instrumentalidade, ou seja, que a satisfação dos interesses dos *stakeholders* favorece a realização do interesse social.<sup>125</sup>

Da análise, ainda que sumária, ao artigo 64.º n.º 1, alínea b), do Código das Sociedades Comerciais resulta a consideração, no exercício da atividade societária, não apenas do interesse dos sócios, mas também dos trabalhadores, dos clientes, dos credores, dos fornecedores, dos financiadores, numa palavra, de todos os *stakeholders* que envolvem a sociedade. Neste contexto, e apesar das críticas que têm vindo a ser efetuadas a esta norma, “*é inequívoco que estão a ser dados passos para que a RSE passe a integrar os critérios que permitem ajuizar sobre os comportamentos e comece a desempenhar uma função no Direito.*”<sup>126</sup>

A Responsabilidade Social das Empresas assume hoje uma importância no âmbito do direito português das sociedades comerciais, uma vez que o dever de lealdade pode ser encarado como um incentivo à prática de atos socialmente responsáveis por parte dos gestores das empresas. A consagração legal dos gestores terem o dever de considerar os interesses, não apenas dos sócios, permite afirmar que a RSE é merecedora de tutela legal.

A Responsabilidade Social das Empresas é parte integrante da Governação das Sociedades Comerciais, já que, para existir boa governação societária, terá de haver a adoção de condutas socialmente responsáveis. Serra destaca que “*A RSE está desde o primeiro instante contida no movimento da corporate governance.*”<sup>127</sup>

Em conclusão, e seguindo o pensamento de Beate Sjäfell<sup>128</sup>, é chegado o momento de uma fusão entre a *Corporate Governance* e a Responsabilidade Social das Empresas, cuja ideia essencial é a de que o lucro deve ser perseguido no quadro do desenvolvimento sustentável, da ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais, com a consciência de que ela deve ser realizada atendendo aos limites ecológicos do planeta, daqui resultando uma *Governança Socialmente Responsável*.

---

<sup>125</sup> Para mais desenvolvimentos ver Serra, *Entre Corporate Governance e Corporate Responsibility: Deveres Fiduciários e "Interesse Social Iluminado"*, ob. cit., p. 245 e seg.

<sup>126</sup> Serra, *Responsabilidade Social das Empresas através do Direito (e o Direito à luz da Responsabilidade Social das Empresas)*, in *Responsabilidade Social – Uma visão Ibero-Americana*, Almedina, Coimbra, 2011, p. 624.

<sup>127</sup> Serra, *Entre Corporate Governance e Corporate Responsibility: Deveres Fiduciários e "Interesse Social Iluminado"*, ob. cit., p. 253.

<sup>128</sup> Beate Sjäfell, *Responsible Corporate Governance*, European Company Law, 2010, apud, Catarina Serra, *O Novo Direito das Sociedades: Para uma Governança Socialmente Responsável*, in *Scientia Iuris*, Londrina, 2010, p. 174.



## Conclusão

---

O crescente interesse pelo tema da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) resulta da tomada de consciência, por parte dos gestores e da sociedade civil, para os problemas sociais e ambientais inerentes ao exercício da atividade empresarial. Se é certo que o contexto ético desempenha um papel fundamental no âmbito da RSE, não menos importante é a sua ligação ao Direito.

Ao longo deste trabalho procurou-se analisar os conceitos de Ética, RSE e Direito, com base na revisão da literatura, tendo como enfoque principal a afinidade que é possível estabelecer-se entre estes dois últimos fenómenos, aparentemente antagónicos, mas conciliáveis: A RSE e o Direito. Desde logo, porque este não existe enquanto ciência abstrata, desejando manter-se adequado à realidade e ao mesmo tempo aberto às mudanças que vão surgindo, e por aquela ser cada vez mais um dever, ainda que de base voluntária, em contínua transformação. O carácter voluntário da RSE não determina a impossibilidade da sua integração no Direito, isto é, no domínio normativo e jurisdicional. E, mesmo não estando apreendida pelo Direito e ressaltando a sua essência natural, é exequível pôr-se a prática livre de atos de RSE sob a tutela do Direito e estabelecer um quadro legal com base no qual as empresas venham a sentir-se fortemente impelidas a praticá-los. A RSE não é, para já, um instituto jurídico reconhecido, na medida em que a mesma não opera num corpo de normas e princípios autónomos, mas tal não impede a aquisição de nobreza jurídica, bastando-se com a sua consagração como princípio ou critério de ação, entendido como fundamento, norma ou critério de conduta, quer impondo um comportamento social válido ou legítimo, quer ajuizando sobre esse comportamento em termos de justiça ou injustiça, de validade ou invalidade, de licitude ou ilicitude. O Direito constitui-se por referência a uma determinada realidade histórica e social, de tal modo que, a normatividade jurídica não é senão o sentido do comportamento considerado socialmente devido. Através da assimilação jurídica, a RSE deixaria de ser apenas um valor ético e social e converter-se-ia num valor ou princípio jurídico, que seria a definitiva expressão da sua validade normativa, o que reforçaria a sua aceitação pela comunidade.

Deriva também deste estudo que o Direito não se limita apenas ao carácter imperativo e coercivo, isto é, não se traduz somente na imposição de ações ou condutas, a partir de normas jurídicas. O Direito também estimula, favorece e promove a prática desses comportamentos. O Direito assume uma nova orientação no sentido de

acompanhar as transformações da realidade social, sendo que a coercibilidade é apreendida numa outra dimensão. Daqui resulta que o Direito contém imensas possibilidades de realização do *dever ser*, seja através da sanção, da persuasão, do estímulo, da promoção, e pode adotar diversas formas para a consecução do seu fim. No âmbito da RSE, pode considerar-se que este instituto é uma prática cada vez mais generalizada e, quem a exerce, pratica-a na convicção de estar a cumprir uma ação que é devida, ou seja, já vai sendo intencionalmente compreendida, no exercício da RSE, aquela que é a condição indispensável para o reconhecimento de qualquer facto como Direito: *a validade normativa*.

Ao direito é atribuída uma nova função social que resulta da transformação do tradicional Direito formal num novo tipo de Direito material, o *Direito Regulatório*, característico do moderno Estado Social. Uma dessas transformações respeita à mudança no plano da função do Direito. O direito é instrumentalizado em função dos objetivos e finalidades do sistema político, que agora assume a responsabilidade pela condução de certos processos sociais, e nomeadamente, na definição dos objetivos a alcançar, na escolha dos instrumentos normativos, no processo de formulação e implementação das normas. Esta instrumentalização é particularmente evidente, não só no contexto do Direito da Segurança Social e do Direito do Trabalho, mas também, em certa medida, no contexto do Direito das Sociedades, justamente em áreas como a da Responsabilidade Social das Empresas, em que é manifesta, a intenção da regulação de algumas ordens jurídicas.

O Direito não serve apenas para sancionar o incumprimento, mas também para prevenir o cumprimento. O Direito evoluiu para uma *função promocional*, não só porque passou a contemplar novas formas de exercer o próprio controlo social – feito agora não apenas por meio da coação (sanções negativas), como também através de condicionamentos psicológicos (sanções positivas e incentivos) – mas, sobretudo, porque agregou uma função de direção social capaz de fomentar mudanças sociais, através de técnicas de encorajamento, no sentido de *promover* e *favorecer* valores e *motivar* ou *estimular* comportamentos socialmente desejáveis e responsáveis.

Procurou-se também evidenciar a distinção entre os conceitos de responsabilidade legal e social, deixando antever que uma empresa só é socialmente responsável quando vai para além da obrigação de respeitar a lei, sendo que o ideal é que o faça por acreditar que assim será uma empresa melhor e contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa.

Ao nível do ordenamento jurídico português, apontamos um conjunto de normas relacionadas com a RSE, o que indica a preocupação do legislador em dar acolhimento a este instituto. Vimos também no concreto Direito Societário a consagração de valores inerentes à RSE. Por um lado, a obtenção do lucro pode ser maximizada através da prática de comportamentos socialmente responsáveis, e por outro, a consideração dos interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, – *stakeholders* – resultante da alínea b), do n.º 1, do artigo 64.º do Código das Sociedades Comerciais, pode bem ser a via necessária para a realização do interesse social, permitindo assim relançar a RSE, na medida em que, da satisfação desses interesses, não apenas dos sócios, mas também dos trabalhadores, dos clientes, dos credores, dos fornecedores, dos financiadores, podem resultar benefícios para a sociedade e em última instância para a comunidade.

A RSE que de certa forma se integra na governação societária, tem em comum o facto de pretender assegurar, através de uma conduta ética e socialmente responsável, uma adequada proteção dos interesses dos *stakeholders*, numa gestão direcionada para o longo prazo, em detrimento de uma busca incessante do lucro. As empresas, no exercício da sua atividade comercial, apostam cada vez mais na diferenciação dos seus produtos, procurando fidelizar os clientes, e consolidar a sua posição num mercado agressivo e concorrencial, vendo no cumprimento das boas práticas de governação societária uma mais-valia para todos aqueles que com ela interagem.

A RSE, não tendo uma natureza imperativa, reclama intervenções mais efetivas e profundas, em matérias que, pela sua importância, carecem de uma previsão normativa que permita estabelecer um padrão mínimo e possibilite criar novos mecanismos de promoção da transparência, segurança e ética no sector empresarial.

Por tudo isto, estamos em condições de afirmar que o Direito tem tentado adaptar-se às mudanças de um mundo cada vez mais globalizado, evoluindo de um estado puramente reativo para um patamar mais dinâmico e proactivo, passando de um Direito impositivo e sancionatório para um Direito regulatório ou com uma função promocional, constituindo-se a *Responsabilidade Social das Empresas* um novo desafio para o Direito.

## Referências Bibliográficas

---

- Abreu, C. (2007). Deveres de cuidado e de lealdade dos administradores e interesse social. Reformas do Código das Sociedades, Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, colóquios n.º 3, Coimbra: Livraria Almedina, 17-47.
- Ackoff, R. (1994). A empresa democrática: métodos, conceitos e técnicas para renovar a gestão com sucesso. Lisboa: Difusão Cultural.
- Almeida, A. (2006). Sociedades abertas. AA.VV., Direito dos Valores Mobiliários, vol. VI, Coimbra Editora.
- Almeida, F. (2007). Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. Revista de Administração Contemporânea, vol. 11, n.º 3, Jul./Set., 105-125.
- Almeida, F. e Sobral, F. (2007). A influência dos valores culturais na responsabilidade social das empresas: um estudo empírico sobre a atitude dos gestores brasileiros. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, Jul./Set., 52-61.
- Ascensão, J. (1991). O Direito. Introdução e teoria geral. Uma perspetiva luso-brasileira. Coimbra: Livraria Almedina, 6.ª edição revista.
- Baptista Machado, J. (1990). Introdução ao direito e ao discurso legitimador. Coimbra: Livraria Almedina.
- Blecher, L. (2004). Above and beyond the law. Business and Society Review, 109(4), 479-492.
- Blowfield, M. e Murray, A. (2008). Corporate responsibility: a critical introduction. Oxford University Press.
- Buhmann, K. (2006). Corporate social responsibility: what role for law? Some aspects of law and CSR. Emerald Publishing, vol. 6, n.º 2, 188-202.
- Câmara, P. (2008). Código das sociedades comerciais e a reforma ao código das sociedades comerciais. Coimbra: Livraria Almedina.
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. Academy of Management Review, 4(4), 497-505.
- Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. Business Horizons, 34(4), 39-48.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. Business and Society, 38(3), 268-295.
- Carroll, A. B. e Schwartz, M. (2003). Corporate social responsibility: A three-domain approach. Business Ethics Quarterly, 13(4), 503-530.
- Cordeiro, M. (2000). Tratado de direito civil português - Parte Geral. Tomo I, 2.ª edição, Coimbra: Livraria Almedina.
- Cortina, A. (1994). Ética de la empresa: claves para una nueva cultura empresarial. Madrid: Editorial Trota.
- Cruz, J. (2009). Considerações sobre a empresa em contextos globais. Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, vol.6, 301-332.

- Cunha, P. (2010). Lições de direito comercial. Coimbra: Livraria Almedina, 53-60.
- Cunha, P. (2010). Corporate and public governance nas sociedades anónimas: primeira reflexão. AA.VV., Direito das Sociedades em Revista, Coimbra: Livraria Almedina, 159-179.
- Dahlsrud, A. (2008). How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15, 1-13.
- Davis, K. (1973). The case for and against business assumption of social responsibilities. *Academy of Management Journal*, 16(2), 312-322.
- Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, Edição 2013.
- Europeia, C. (2001). Livro verde: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Comissão Europeia, COM 366 Final.
- Europeia, C. (2002). Comunicação da comissão relativa à responsabilidade social das empresas: um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável. Bruxelas: Comissão Europeia, COM 347 Final.
- Europeia, C. (2006). Comunicação da comissão ao parlamento europeu relativa à implementação da parceria para o crescimento e o emprego: Tornar a europa um pólo de excelência em termos de responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Comissão Europeia, COM 136 Final.
- Europeia, C. (2011). Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014. Bruxelas: Comissão Europeia, COM 681 final.
- Frada, I. (2012). A Responsabilidade social das empresas. Dissertação de Mestrado em Direito. Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Frada, M. (2007). A business judgment rule no quadro dos deveres gerais dos administradores. *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 68, n.º 1, Lisboa, 159-205.
- Freeman, E. (1984). *Strategic Management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman Publishing.
- Friedman, M. (1962), *Capitalism and freedom*. Chicago, The University Chicago Press.
- Friedman, M. (1970). The social responsibility of business is to increase its profits. *New York Times Magazine*, 13, 122-126.
- Garfield, C. (1995). Ethics and corporate social responsibility. *Executive Excellence*, 12 (8), 5-6.
- Garriga, E. e Melé, D. (2004). Corporate social responsibility theories: mapping the territory. *Journal of Business Ethics*, 53(1), 51-71.
- Geva, A. (2008). Three models of corporate social responsibility: interrelationships between theory, research, and practice. *Business and Society Review*, 113 (1), 1-41.
- Granada, C., Simões, E. (2011). Da responsabilidade social das organizações à ética dos indivíduos. *Responsabilidade Social: Uma visão Ibero-Americana*. Coimbra: Livraria Almedina, 151-169.
- Junior, T. (2007). *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo, Editora Atlas, 5.ª edição.
- Karna, J., Hansen, E. e Juslin, H. (2003). Social responsibility in environmental marketing planning. *European Journal of Marketing*, vol. 37, n.º 5/6, 848-871.

- Lantos, G. (2001). The boundaries of strategic corporate social responsibility. *Journal of Consumer Marketing*, vol. 18, n.º 7, 595-630.
- Leal, S. (2005). Corporate social responsibility as tool for competitiveness: an empirical study. I Conferência Luso-Espanhola de Gestão e Contabilidade Ambiental. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, 1-25.
- Leandro, A. e Rebelo, T. (2011). A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional. *Revista Científica Exedra*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, Número Temático Comunicação nas Organizações, 11-39.
- Magalhães, C. (2009). Responsabilidade social e regulada no sector metalomecânico brasileiro e português: Um estudo comparativo à luz da cultura. Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
- Martínez, A. (2007). La responsabilidad social de las empresas em la prensa española – análisis de su tratamiento y sus efectos en los casos de el mundo y el país. Tesis Doctoral. Universidad Rey Juan Carlos, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Madrid.
- Martins, V. (2009). A função promocional do direito tributário na extrafiscalidade por estímulos: o direito como indutor de uma cidadania ativa e participante. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil.
- Mendes, J. (1998). Direito civil (teoria geral). I vol., AAFDL, Lisboa.
- Mendes, M. (2007). A Responsabilidade social da empresa no quadro da regulação europeia. Dissertação de Mestrado em Novas Fronteiras do Direito. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Mercier, S. (2003). A Ética nas empresas. Edições Afrontamento, Porto.
- Monteiro, A. (2005). A Responsabilidade social das empresas (RSE). *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, n.º 21.
- Nader, P. (1998). Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Editora Forense, 16.<sup>a</sup> edição.
- Neto, L. (2011). Teoria funcionalista e função promocional do direito. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, Ano 16, 1-7.
- Neves, C. (2006). O funcionalismo jurídico. *Revista de Legislação e Jurisprudência*. Coimbra, ano 136, Set./Out., 3-31.
- Neves, J. (2007). Sobre ética. *Compilações Doutrinais Verbo Jurídico*, 1-9.
- Neves, J. (2008). Introdução à ética empresarial. Príncipe Editora, Cascais.
- Ogando, J. (2011). A Responsabilidade social da empresa e o papel do advogado. *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 71, Lisboa, Jul./Set. 867-884.
- Oliveira, C. (2007). A evolução do conceito de ética. *Revista Dirigir*, n.º 98, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. Lisboa, Junho, 28-31.
- Oyarzún, C. (2012). El rol del derecho en la responsabilidad social de la empresa. *Ars Boni et Aequi* (Año 8, n.º 1), 215-233.
- Panapanaan, V. M. et al (2003). Roadmapping corporate social responsibility in finnish companies. *Journal of Business Ethics*, 44(2-3), 133-148.

Parecer do Comité Económico e Social Europeu, (2008). A abordagem proactiva do direito: Um passo para legislar melhor a nível da EU. Jornal Oficial da União Europeia, C 175/26, de 28/07/2009.

Parecer de iniciativa sobre a responsabilidade social das empresas (2003). Conselho Económico e Social.

Perdiguero, T. (2003). La responsabilidad social de las empresas en un mundo global. Barcelona, Editorial Anagrama.

Pinto, G. R. (2004). Responsabilidade social das empresas: Estado da arte em Portugal. CECOIA - Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins, Lisboa.

Preston, L. E., e Post, J. E. (1975). Private management and public policy: The principle of public responsibility. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Reale, M. (2004). Lições preliminares de direito. Editora Saraiva, 27.<sup>a</sup> edição.

Rebelo, T., e Leite, C. (2010). Explorando, caracterizando e promovendo a responsabilidade social das empresas em Portugal. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho.

Rebelo, T. e Agostinho, C. (2012). Enquadramento teórico: responsabilidade social das (e nas) empresas. *Kerâmica - Revista da Indústria Cerâmica Portuguesa*, Ano XXXVII, n.º 313, Março 2012, 10-17.

Rego, A., Cunha, M. P., Guimarães, N., Gonçalves, H. e Cabral-Cardoso, C. (2006). Gestão ética e socialmente responsável: teoria e prática. Lisboa, RH Editora.

Serra, C. (2009). Manual de direito comercial – noções fundamentais. Coimbra Editora.

Serra, C. (2009). A Responsabilidade social das empresas – sinais de um instituto jurídico iminente? Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita, vol. II, Coimbra Editora, 835-867.

Serra, C. (2010). O Novo direito das sociedades: Para uma governação socialmente responsável. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 14, 155-179.

Serra, C. (2011). Responsabilidade social das empresas através do direito (e o direito à luz da responsabilidade social das empresas). *Responsabilidade Social – Uma visão Ibero-Americana*, Coimbra: Livraria Almedina, 599-632.

Serra, C. (2011). Entre Corporate governance e corporate responsibility: deveres fiduciários e “interesse social iluminado”. I Congresso de Direito das Sociedades em revista, Coimbra: Livraria Almedina, 211-258.

Silva, P. (2011). A independência e a responsabilidade social no âmbito das grandes sociedades anónimas. Dissertação de Mestrado em Direito e Gestão. Universidade Católica Portuguesa.

Sims, R. R. e Brinkmann, J. (2003). Enron ethics (or: culture matters more than codes). *Journal of Business Ethics*, 45(3), 243-256.

Teixeira, S. (2011). Gestão das organizações. Editora Verlag Dashöfer, 2.<sup>a</sup> edição.

Teubner, G. (1988). Juridificação – noções, características, limites, soluções. *Revista de Direito e Economia*, Coimbra, Ano XIV, 17-88.

Van Marrewijk, M. (2003). Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: Between agency and communion, *Journal of Business Ethics*, 44, 95-105.

Varela, B. (2011). Manual de introdução ao direito. 2.<sup>a</sup> edição revista, Praia, Universidade de Cabo Verde.

Vergani, A. (2010). Direito regulatório na responsabilidade social das empresas – a promoção do desenvolvimento sustentável pela via da doutrina humanista. Tese de Doutoramento em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Weaver, G. R., Trevino, L. K. & Cocharan (1999). Corporate ethics practices in the mid-1990's. An empirical study of the fortune 1000. *Journal of Business Ethics*, 18, 283-294.

Wood, J. D. (1991). Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, 16(4), 691-718.

## **Legislação**

Constituição da República Portuguesa.

Código Civil.

Código do Trabalho.

Código das Sociedades Comerciais.

Decreto-lei n.º 34/2004, de 19/02.

Decreto-lei n.º 209/2008, de 29/10.

Decreto-lei n.º 21/2009, de 19/01.

Lei n.º 12/2004, de 30/03.

Lei n.º 55-A/2004, de 30/12.

Lei n.º 8/2008, de 18/02.

Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 1/2010.